

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

FABIO AUGUSTO MACHADO SOARES DE OLIVEIRA

“Imperatriz” *versus* “Tiradentes”: a disputa por um monumento no espaço
e no imaginário da cidade de Juiz de Fora. 1888-1889

JUIZ DE FORA

2011

FABIO AUGUSTO MACHADO SOARES DE OLIVEIRA

“Imperatriz” *versus* “Tiradentes”: a disputa por um monumento no espaço
e no imaginário da cidade de Juiz de Fora. 1888-1889

Monografia apresentada ao Curso de
Historia da Universidade Federal de
Juiz de Fora, como requisito parcial à
obtenção do grau, sob a Orientação da
professora Dra. Maria Fernanda
Martins.

JUIZ DE FORA

2011

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO. A “Batalha Simbolica”	Pág. 03
CAPÍTULO 1. A Origem da cidade e as características do poder local.	Pág. 11
1.1. Os Troncos Familiares.	Pág. 26
1.2. O imaginário expressão nas ruas	Pág. 30
1.3. A influencia das ideias republicanas	Pág. 33
CAPÍTULO 2.	Pág. 41
2.1. Ataques ao poder centralizado	Pág. 41
2.2. Disputas por fiscais	Pág. 46
2.3. Análise baseada na presença desses vereadores	Pág. 51
2.4. Análise das eleições	Pág. 54
CONSIDERAÇÕES FINAIS	Pág. 65
REFERÊNCIAS	Pág. 68
ANEXOS	Pág.

Introdução: A “Batalha Simbólica”

No Brasil, na segunda metade do século XIX, após a Proclamação da República, houve um grande esforço na tentativa de se legitimar o novo regime. Como a República foi proclamada por um golpe, sem participação popular, “surge uma tentativa do próprio regime de se compensar esse fato, por meio de uma mobilização simbólica”¹, criando símbolos que substituíssem a simbologia Monárquica no imaginário popular. Essa mobilização não se inicia com a proclamação da república, em 1889. Ela também é fruto da tentativa de construção e consolidação de um movimento republicano no país. E alguns símbolos utilizados surgem com esse movimento. É a partir desse contexto, da batalha simbólica entre republicanos e monarquistas, que será analisada a discussão ocorrida na última gestão da Câmara Municipal de Juiz de Fora nos meses que precederam o golpe Republicano, em torno do nome da atual “Rua Marechal Deodoro”, que no século XIX, se chamava “Rua Imperatriz” e durante um curto período de tempo chamou-se “Rua Tiradentes”.

A “batalha simbólica” entre republicanos e monarquistas, ocorrida na cidade de Juiz de Fora entre os meses de Julho de 1888 e janeiro de 1889, se materializa na discussão em torno do nome da então *Rua Imperatriz*, e tem seu início e desfecho sob o teto do regime Monárquico, por isso pode ser vista com um ato de militância republicana contra monarquistas, e a reação seis meses depois de monarquistas contra republicanos. Sem abranger nesse trabalho a fase posterior ao golpe Republicano, que sendo coerente com o processo de tentativa de mitificação, descrito por José Murilo,² por parte do novo regime das figuras que participaram do “15 de novembro”, essa rua passara a se chamar *Rua Marechal Deodoro*. Com base nas reuniões da Câmara Municipal da cidade, através das falas dos vereadores envolvidos na discussão, procurarei identificar qual a participação dos referidos grupos e através de quais atores sociais seus ideais são representados na discussão não só nesta ocasião, mas em outras que houverem discordâncias entre esses vereadores.

¹ CARVALHO, José Murilo. A formação das Almas. Cia das Letras, 1990

² A Formação das Almas, José Murilo.

Na Ata da sessão ordinária do dia 24 de julho de 1888, achando-se presentes os vereadores Ernesto de Andrade Braga, Eloy de Andrade, Antonio Teixeira de Carvalho, Tenente Coronel Bernardo Mariano Halfeld, encontramos o registro de posse do Vereador Fonseca Hermes, que assume o cargo em substituição ao ex-presidente da casa, João Nogueira Jaguaribe. Faz-se necessário explicar aqui alguns laços de parentesco que serão de extrema valia para o entendimento de todo o texto. João Jaguaribe era avô de Pedro Nava e segundo marido de Doroteia Halfeld, viúva de Henrique Halfeld. Temos Mariano Halfeld como sobrinho do Tenente Geraldo Augusto de Rezende (Barão do Retiro), sendo este último filho do Capitão José Ribeiro de Rezende (Barão de Juiz de Fora). A ligação familiar deste com Mariano Halfeld se dá por meio de Henrique Halfeld, que teria casado com Cândida Maria Carlota, filha de Antonio Dias Tostes em segundas núpcias. Ressalto também o Barão do Retiro como sendo casado com outra filha de Antonio Dias Tostes, Maria Carlota. Assim, esses seriam Tios de Bernardo Mariano Halfeld.³

Nessa mesma sessão, pede a palavra o médico e vereador Eloy de Andrade Braga, que “felicita a Câmara pela brilhante aquisição na pessoa do senhor doutor Fonseca Hermes. Talento superior, vontade de ferro, dedicação à causa pública, amor ao trabalho, taes são os elementos que formam a individualidade que acaba de tomar assento na câmara, d’ella tudo pode esperar o município, que deve ter orgulho em semelhante representante”.⁴ Fonseca Hermes, primo do Marechal Deodoro da Fonseca, era Bacharel em Direito, membro da Guarda Nacional e da propaganda Republicana. Foi redator do Jornal “Echo do Povo”⁵ e “A Propaganda”⁶, ambos os jornais de publicidade favoráveis ao movimento republicano, que circularam na cidade durante a década de 80 do século XIX. Sua ligação com Eloy e Ernesto de Andrade seria advinda de suas convicções políticas, uma vez que estes últimos também faziam parte do movimento de propaganda das idéias republicanas no município.

Prosseguindo a sessão, Fonseca Hermes “agradece a benevolência com que foi recebido e declara que, como representante do município, manter-se-há em terreno neutro,

³ Bastos, Wilson de L. Engenheiro Henrique Halfeld. Juiz de Fora: Esdeva, 1975.

⁴ Livro de Atas, sessão ord. De 24 de Julho de 1888.

⁵ Começou a circular na cidade sendo o primeiro jornal de publicidade favorável ao movimento republicano com a redação de Fonseca Hermes - 1882 (Walter Fonseca no livro *Historia de uma vida: João Severiano da Fonseca Hermes.*)

⁶ foi o segundo jornal francamente republicano redigido por Fonseca Hermes e Constantino Paleta. (Walter Fonseca no livro *Historia de uma vida: João Severiano da Fonseca Hermes.*)

pugnando pelo que for justo e honesto e combatendo o que for ilegítimo e ilegal; que acima de sua personalidade política, estão o bem e o interesse publico que representa”.⁷ Nessa mesma sessão, o mesmo se envolve em uma polemica ao apresentar a proposta de se trocar o nome da *Rua Imperatriz* para *Rua Tiradentes*. Como nas suas palavras: “Proponho que em homenagem a memória do proto-martyr da Liberdade se de a *Rua Imperatriz* o nome de *Rua Tiradentes*”⁸. Sua proposta posta em discussão encontra oposição do Vereador Tenente Coronel Bernardo Mariano Halfeld, por entender que:

... da sua adaptação nenhuma vantagem haverá para a cidade ou município, tanto mais quanto é ele vereador inimigo de inovações sem justos motivos, que, com quanto reconheça que essa proposta seja em homenagem d’aquelle Martyr da Liberdade, todavia não pode dar-lhe seu voto pelo motivo acima: quiseram que seu colega, autor da indicação, com a sua palavra autorizada demonstrasse qual ou quais as vantagens d’aquella inovação.⁹

Halfeld prossegue dizendo “que não duvidaria dar o seu voto para que, a uma outra rua das que estão construindo, fosse dado o nome d’aquelle heróy”. Conclui requerendo o adiamento da decisão da proposta, para que a Câmara pudesse resolver o impasse com mais calma.

Fonseca Hermes mantém sua proposta “declarando que o motivo que levou-o a fazê-la foi unicamente o desejo de prestar esta municipalidade homenagem a memória d’aquelle patriota”¹⁰, argumentando que se não resultasse em beneficio do município também não o prejudicaria. Encerrada a discussão e posto os votos a requerimento de adiamento, foi a então proposta rejeitada contra os votos dos vereadores Ten. Cel. Bernardo Mariano Halfeld e Antonio Teixeira de Carvalho; e aprovada a proposta de mudança de nome da *Rua Imperatriz* contra os votos dos mesmos vereadores.

Com a troca do nome de *Rua Imperatriz* para *Rua Tiradentes*, se inaugura o primeiro símbolo republicano do município de Juiz de Fora, reinventando o significado daquela rua, que

⁷ Livro de Atas, sessão ord. De 24 de Julho de 1888.

⁸ Livro e Atas da Camra Municipal de Juiz de Fora, sessão ordinária de 24 de julho de 1888.

⁹⁹ Livro de Atas, sessão ord. De 24 de Julho de 1888.

¹⁰ Livro da Atas 24 de julho de 1888

até então era um símbolo do Poder Imperial, para um símbolo revolucionário republicano representado pelo Inconfidente. Dessa forma, o movimento Republicano tem uma breve inserção de sua simbologia na composição do imaginário popular local. Breve porque na sessão ordinária de nove de janeiro de 1889, sob a presidência do Barão do Retiro, estando presentes os vereadores Ten. Cel. Bernardo Mariano Halfeld, Joaquim Idelfonso Monteiro de Barros, Matheus Herculano Monteiro de Silva, Fonseca Hermes, Ernesto de Andrade Braga e Capitão Pedro Henriques; é apresentada pelo vereador Joaquim Idelfonso, como consta no livro de Atas, a proposta “que a *rua Tiradentes* continue a ser denominada *rua da Imperatriz*, como era antigamente, e que seja denominada *rua Tiradentes a rua da Serra*”.¹¹

Posta em discussão o senhor Fonseca Hermes combateu com veemência a proposta apresentada, dizendo que a apresentação desta proposta não era mais do que um desrespeito a ele vereador; admirando-se até que o autor da proposta apresentada descesse e obrigasse de seu corpo para vir hoje resolver um assunto já passado e vencido e que estavam reunidos para tratar de benefício do município e não para represálias como se deixa ver de sua proposta¹².

Em resposta, ironizando:

O senhor Joaquim Idelfonso sustentou sua proposta, declarando que não vê motivo para que o senhor Fonseca Hermes se mostre tão assomado, por dar-se a *Rua da Serra* o nome de *Tiradentes*, quando é certo que no Rio de Janeiro, Capital do Império, o antigo Largo do Capim, foi denominado Praça General Hozório. Homem notável e uma das glórias das almas brasileiras.¹³

¹¹ Livro de Atas da Câmara Municipal de Juiz de Fora, sessão ordinária de 9 de janeiro de 1889.

¹² Livro de Atas, sessão ordinária de 9 de janeiro de 1889

¹³ Livro de Atas, sessão ordinária de 9 de janeiro de 1889

Como consta em ata, “encerrado o debate e posto a votar a proposta, foi ela aprovada contra os votos do senhor Fonseca Hermes, Senhor Ernesto de Andrade Braga e Capitão Pedro Henriques”¹⁴. Assim, se dá a reação conservadora afastando o símbolo republicano para a periferia da cidade, área de cortiços, e restabelecendo no imaginário central o que a figura da *Imperatriz* representava.

Apesar de restabelecido o símbolo Monárquico na centralidade da cidade, o símbolo Republicano não deixa de existir no imaginário, só passa a habitar um lugar inferior na hierarquia de valores existente na sociedade do período, não estando numa região nobre, o que nos mostra também certa queda de estima do poder Imperial perante a elite política local, fato que vinha ocorrendo principalmente após a abolição da escravidão em 13 de maio de 1888. A proposta de Idelfonso poderia muito bem extinguir a figura de *Tiradentes*, que representava o ideal Republicano, do imaginário local, e ao invés disso, apenas hierarquiza as duas figuras, sendo coerente com a contraproposta apresentada no dia 24 de julho por Mariano Halfeld. Também verificamos esse fato na oposição feita à proposta de Fonseca Hermes por Mariano Halfeld, que não se apresenta totalmente contrario a existência de tal homenagem na cidade, só se opõem a ressignificação de um antigo símbolo ainda dizendo que não era contra inovações, só se opunha às inovações que não resultavam de benefício para a localidade. Ambos agem de forma conservadora, mas não refutando por completo o novo símbolo. É possível que, sabendo da posição de Halfeld na sessão de 24 de julho, o vereador Idelfonso tenha feito sua proposta de maneira a trazer o apoio deste para seu lado, porque, se levamos em consideração os presentes e a correlação de forças entre eles, verificamos que sem o voto de Mariano Halfeld, a *Imperatriz* não voltaria a figurar o imaginário local.

Assim como Marx, na “ideologia Alemã”, afirma que o ser humano não vive pela consciência, ele cria consciência pela vida, ao analisar a “batalha simbólica” travada no interior da câmara não tive a intenção de dizer, em hora nenhuma, que são os símbolos que dizem o que as pessoas serão. Muito pelo contrario, sabendo do caráter familiar do poder publico no século XIX que na cidade é representado pela câmara, e levando em consideração a qual regime político que o nome da “Imperatriz” estava ligado, a origem de quem a defendeu, o interesse do movimento republicano na construção em torno da figura de “Tiradentes”, e que os símbolos são construções sociais que simbolizam interesse de determinados grupos. Sendo assim, podemos dizer que são as pessoas que dizem o que os símbolos serão.

¹⁴ Livro de Atas Sessão Ordinária de 9 de janeiro de 1889

Para tentar compreendermos a qual contexto esta discussão está inserida e quem seriam essas “pessoas”, no primeiro capítulo deste trabalho traçarei um histórico de Juiz de Fora desde a sua origem, quando ainda era apenas um ponto de parada dos viajantes do Caminho Novo até final do século XIX; descrevendo as características do poder público local e dos possíveis grupos atuantes na política daquele tempo, dando ênfase nos personagens históricos que se envolveram com a representação da câmara.

No segundo capítulo descrevi algumas polemicas que ocorreram na câmara municipal durante o quadriênio de 1887/90. Serão elas apresentadas em grupos para uma melhor compreensão dos conflitos e das atitudes de cada agente histórico diante de determinadas demandas no exercício de seus mandatos na câmara. Tomarei como base a divisão ocorrida entre os vereadores na sessão de 24 de julho de 1888 e na de nove de janeiro de 1889, descritas acima, nas quais ocorreu a “batalha simbólica”, partindo para os casos em que há atrito com o poder centralizado do Império, esta como a principal crítica republicana ao regime. Em outra parte buscarei mostrar algumas discordâncias ocorridas na nomeação de fiscais, e ainda analisarei, com base no contexto político da cidade, os resultados das quatro eleições para as cadeiras da presidência e da vice-presidência da câmara. Por fim, algumas considerações sobre a presença dos vereadores nas referidas sessões, em todos os casos buscando identificar as divisões de grupos nas votações em relação com o tipo de proposta, a conjuntura política e as estruturas de socialização de idéias existentes na Juiz de Fora de fins do século XIX.

Antes de prosseguir com a análise e o relato dos conflitos entre os vereadores no interior da câmara municipal, farei aqui uma breve discussão sobre a figura de Tiradentes, para poder compreender melhor porque seria tão constrangedor a Conservadores e Liberais substituir o nome da Imperatriz pelo de Tiradentes. Como veremos, Mariano Halfeld, um liberal¹⁵, não se opõe à homenagem ao *Proto-Mártir da liberdade*¹⁶ dando a uma rua o seu

¹⁵ Patrícia Falco Genovez

¹⁶ É como se refere a Tiradentes Fonseca Hermes na sessão de sua posse no dia 24 de julho de 1888. Livro de atas da câmara municipal.

nome, se opõe a homenagem à Tiradentes em substituição a outra, a *Imperatriz*. Ato que o coloca do lado de Joaquim Idelfonso Monteiro de Barros, um Conservador.¹⁷

È sabido que Tiradentes não é somente considerado um herói republicano. Ele ganhou status de herói nacional e se tornou um mito. Um mito é um instrumento muito potente na unificação de um imaginário. Ele pode dar-se construído em uma base social coerente, um sentido de unidade, de algo em comum, que une todos os membros da sociedade. Resumindo, auxilia na legitimação da ordem vigente e na formação de um sentimento nacional. E se tratando da figura do Inconfidente, ela dava abertura para diversas apropriações, uma figura fácil de mitificar por não se saber ao certo quem e como ele era, reunindo as características necessárias para sua apropriação tanto por republicanos, como por monarquistas e até pelos abolicionistas como nos mostra José Murilo em seu livro *A Formação das Almas*.

Os republicanos precisavam se reconciliar com seu passado monarquista para assegurar a estabilidade do regime. A figura de Tiradentes, até então, por estar envolvida com a Inconfidência Mineira, não era bem vista pela “elite culta do segundo reinado”.¹⁸ Com a queda do império, até mesmo monarquistas passam a reivindicar para si a herança de Tiradentes, com o argumento que, ao libertar o país de Portugal em 1822 o império, havia realizado o “sonho de liberdade” do Inconfidente e por esse motivo sua memória também pertenceria aos monarquistas. Concluindo José Murilo afirma que:

A aceitação de Tiradentes (por parte dos monarquistas) veio assim, acompanhada de sua transformação em herói nacional, mais do que herói republicano. Unia o país através do espaço, do tempo, das classes. Para isso sua imagem precisava ser idealizada”¹⁹

O Tiradentes crucificado como Cristo, que aceita a punição e parabeniza seus companheiros pelo perdão real, sendo ele o único condenado à morte, que beija os pés de seu carrasco, participante de um movimento que não derramou uma gota de sangue se quer,

¹⁷ Patrícia Falco Genovez.

¹⁸ *A Formação das Almas*, José Murilo.

¹⁹ *A Formação das Almas*, José Murilo.

que não o seu, “Um Mártir”, tem muito mais apelo popular em um país de origem Ibérica e tradição católica como o Brasil, principalmente se tratando da sociedade do século XIX, do que qualquer um dos líderes do “15 de Novembro”. Além do mais, o golpe republicano foi uma transformação, como foi a Independência em 1822, sem participação popular ou grandes conflitos que pudessem produzir a figura de um “Mártir” para ser idealizado pelo novo regime. O que acarretou a construção em torno da figura do Inconfidente um antigo símbolo da propaganda republicana como nos diz de José Murilo.²⁰

A historiadora Patrícia Falco nos diz que “não se pode negar o lugar ocupado pelo simbólico, como não se pode negar o valor das insígnias, dos títulos, dos ritos comuns à monarquia e do lugar, espacial e social, ocupado por cada integrante desta sociedade, como estratégias do poder reforçando ou dissimulando as diferenças”.²¹ Com a ausência de uma identidade nacional, o Imperador D. Pedro II adota como política as constantes viagens ao interior com toda uma articulação também simbólica ao seu redor, com as quais se fazia presente o poder Imperial nas diferentes regiões do país. Pude perceber na ata da Câmara Municipal, que o significado dado ao termo “patriota” pelos vereadores era mais ligado a uma identidade local do que nacional. O sistema simbólico monárquico inserido no imaginário popular das cidades até então existentes no país, ganha oposição com o surgimento da propaganda republicana, tendo em Tiradentes, e o que ele representava, uma de suas principais armas. A figura de Tiradentes passa a disputar espaço na praça pública, na tentativa de adentrar o imaginário popular em oposição à simbologia monárquica.

O enfoque do presente trabalho não é o herói nacional, unificador da nação, conciliador de republicanos e monarquistas. É o Tiradentes revolucionário, símbolo da luta republicana contra o poder Imperial, reivindicado pelos clubes republicanos que comemoravam o “21 de abril”. Como consta na ata do clube republicano mineiro, na sessão ordinária do dia 21 de Abril de 1884, estando oito membros presentes: “Comemoração da data gloriosa em que subiu ao cadafalso Joaquim José da Silva Xavier, comumente conhecido por Tiradentes”.

Republicanos e monarquistas tiveram seu primeiro confronto na cidade de Ouro-Preto em 1866, os primeiros representados pela figura de Tiradentes e os segundos pela de Pedro I. A inauguração de uma estátua em homenagem a Pedro I no largo Roccio, local onde o Inconfidente ouviu a sentença de morte, teria dado origem ao conflito. O desenrolar do

²⁰ A Formação das Almas

²¹ GENOVEZ, Patrícia Falco. As malhas do poder: uma análise da elite de Juiz de Fora na Segunda metade do século XIX. 1996 (Dissertação de Mestrado). UFF.

conflito se estende até o ano de 1926, quando se inaugurou o prédio da câmara municipal de Ouro-Preto com o nome de Palácio Tiradentes e ao lado um monumento também com seu nome. Ambos no local onde Tiradentes havia ouvido a sentença. No mesmo local da estátua de Pedro I e, segundo José Murilo, “ficou-lhe imposta à convivência cívica com o rival: sua praça passou a chamar-se Praça Tiradentes”. Esse conflito se inicia quando a figura do Inconfidente é apropriada pelo movimento republicano e termina num período posterior a proclamação da república no século XX, quando sua figura já se faz um símbolo da unidade nacional, unificador dos dois grupos e até dos militares de 64.

Capítulo I: A Origem da cidade e as características do poder local

A cidade de Juiz de Fora se desenvolve através de ponto de parada dos viajantes do “Caminho Novo”, estrada que ligava a “corte’ ao interior de Minas Gerais. Evolui a partir da fazenda de Juiz de Fora, na margem esquerda do Paraibuna, rio que corta a região, e do povoado de Santo Antônio do Paraibuna, construída na margem direita do mesmo rio. A localidade elevada à categoria de vila em 31 de maio de 1850 é fruto da abertura de um caminho alternativo ao “morro da Boiada”, trecho do “Caminho Novo” de difícil passagem. O caminho alternativo, ou Estrada Nova, foi construído por Henrique Halfeld contratado pelo Governo Provincial, para melhoria do acesso ao Rio de Janeiro, estrada que passava pelas terras de Antônio Dias Tostes. Segundo Paulino de Oliveira a localidade vinha “progredindo assim, graças pelo que se viu, á iniciativa dos habitantes do arraial, frente dos quais se destacavam os filhos de Antônio Dias Tostes, Henrique Halfeld, José Ribeiro de Rezende (Barão de Juiz de Fora) e José Antônio da Silva Pinto” (Barão da Bertioga). Todos futuros compadres, desenvolvendo uma extensa relação parental e clientelar desde o início do povoamento da região, com uma grande representatividade na Câmara municipal de Juiz de Fora.

O povoamento da região da Mata Mineira, a qual a cidade está inserida, é consequência da política de “sesmarias”, da abertura do Caminho Novo entre a Capital do império e a região mineradora, “da transferência de agentes socioeconômicos e seus recursos das áreas de ocupação mais antiga” da Província Mineira, (OLIVEIRA, 2004) e da expansão das fronteiras das fazendas cafeicultoras fluminenses. Portanto, o processo que deu origem à cidade de Juiz de Fora se inicia no século XVIII, no ano de 1703, como consta no “Álbum do Município de Juiz de Fora”, editado em 1915 por Albino Esteves, com a abertura do “Caminho novo” por Garcia Rodrigues Paes, ainda no período colonial e se consolida com a ascensão da localidade a categoria de cidade, em 1856, no Império.

Sonia Miranda diz que a Zona da Mata apresentou entre 1820 e 1900 a segunda maior população da Província Mineira com 75.573 habitantes em 1820 para 962.939 em 1900, o que também corresponde a segunda maior media de crescimento. Um crescimento desta proporção veio acompanhado do surgimento de pequenas aglomerações em pequenos polos urbanos e seus arredores. A região a qual surgiria a cidade de Juiz de Fora, que desde cedo, se transforma no maior polo econômico da Mata Mineira, “não só no que diz respeito ao

incremento da economia cafeeira, como também à constituição de uma economia urbana num sentido amplo”. Como exemplo disso basta dizer que a população, dados da própria Sonia Miranda, aumentou 400%, entre os anos de 1872 e 1900.

O livro “Historia de Juiz de Fora”, escrito por Paulino de Oliveira e publicado em 1953, foi consequência de uma lei votada na Câmara Municipal da cidade, no ano de 1948 e sancionada pelo prefeito Dilermando Cruz Filho. Ao descrever seu trabalho na primeira secção do livro, Paulino afirma ter percorrido todos os arquivos disponíveis para recolher informações sobre o tema, chegando à conclusão de que o Álbum do Município de Juiz de Fora, de Albino Esteves, cumpria bem o papel de reuni-lo das informações contidas nesses arquivos e decide, usando a frase de Eloy de Andrade como justificativa na qual esse afirma “ser as atas da Câmara paginas da Historia do município” numa sessão da Câmara em 1889, usaria somente como fontes essas atas e só recorreria a outras fontes para comprovar as informações nelas contidas. Uma historia que terá como seus atores históricos os “Homens Bons” da região, membros da Câmara Municipal, a qual Genovez conceitua como sendo a “Câmara dos Compadres”.

A historiografia atribui o inicio do povoamento a Fazenda de Juiz e fora, que era um dos pontos de parada para os viajantes do Caminho Novo. A historiadora Sonia Miranda escreve na sua Dissertação de Mestrado que “até a segunda metade do século XVIII as roças existentes eram propriedades e Tomé Correia Vasquez, Simão Pereira, Mathias Barbosa, Antônio de Araújo, José de Souza Fragoso e João de Oliveira, todos sesmeiros originários em sua maioria do Rio de Janeiro”. Apesar dessa origem Fluminense dos primeiros proprietários das Fazendas localizadas na região, salientada por Sonia Miranda, a Historiadora Mônica Ribeiro nos diz que os recursos que financiaram a montagem do sistema agrário-exportador originaram-se do próprio interior mineiro da sub-região das Vertentes (Barbacena e São João Del Rey).

A família Vidal, que posteriormente também conhecida como Vidal Barbosa Lage, com seu patrimônio sendo formado no século XVIII quando Antônio Vidal adquiriu, em 1738, a Fazenda Juiz de Fora essa margeava o Caminho Novo e na segunda metade do século comprando a fazenda do Alcaide-Mor, pertencente a Tomé Correia Vasquez, viria ser a grande proprietária de terras da região onde floresceu a cidade, no século XVIII. Era comum naquela época o filho de fazendeiros irem estudar na Europa e Domingos Vidal Barbosa Lage havia se formado em Medicina na Faculdade de Montpellier. Ao voltar para o Brasil se envolvera na Inconfidência Mineira tendo sido condenado ao Degredo. Afastada da freguesia de Simão

Pereira, a qual a região pertencia, a família Vidal vende a Fazenda do Juiz de Fora, em 1812, a Antônio Dias Tostes. O único descendente dos Vidal que permanece na região é Manoel Vidal²² morador da Fazenda do Ribeirão, que ficava na Freguesia de Engenho do Mato. A região era formada por duas Freguesias a de Simão Pereira era a outra, a qual pertencia a região de Juiz de fora.

Antônio Dias Tostes, ex-garimpeiro de São João Del Rei e fazendeiro na região de Barbacena, já possuía terras na região da cidade desde o final do século XVIII e adquire no século XIX a Fazenda do Juiz de Fora, a Fazenda dos Marmelos, parte da Fazenda do Alcaide Mor, a Fazenda da Graminha e a maior parte da área central por onde passaria a Estrada Nova, transformando-se no proprietário da maior parte das terras da área central onde surgiu a cidade, patrimônio que foi partilhado entre seus doze filhos após a morte de sua primeira esposa em 1833.

Sobretudo foi a partir da década de 1830, que “houve a definição do caráter urbano do espaço então dividido em sesmarias”²³. Inaugurada em 1836, a Estrada Nova mudaria o eixo de povoamento para a outra margem do rio. Henrique Halfeld além de abrir a Estrada Nova, tarefa par qual havia sido contratado pela Província, ainda procedeu com a demarcação das terras, planejou arruamentos e construiu algumas casas na região. Sonia Miranda nos mostra que a maior parte dos terrenos que viraram ponto de referência da cidade ou prédios públicos, foram doados por Halfeld.

Henrique Halfeld fez doações de terrenos “para o cruzamento da Praça João Penido, do Parque Halfeld, prédio da Câmara Municipal, terrenos da Rua Halfeld, terrenos para a abertura da Rua Marechal Deodoro até o Morro do Imperador, terrenos do largo São Sebastião, terrenos para retificação do rio Paraibuna entre as atuais ruas

²² Este se casa com uma neta do Inconfidente José Ayres Gomes, Maria Carlota, com quem tem uma filha Maria Perpetua, esta sendo mãe de Manoel Vidal Barbosa Lage e portanto este sendo seu neto. Manoel Vidal *neto* foi vereador da câmara 1881/84 e 1868/72, segundo Falco membro Partido Conservador. Manoel Vidal *neto* era casado com Constança Vidal Barbosa Lage, filha do Comendador Francisco de Paula Lima (membro do Partido Conservador – Falco) vereador na câmara 1853/1856 a primeira instituída. Manoel Vidal *neto e Constança* tiveram um filho Francisco Isidoro Barbosa Lage este era um profissional liberal membro do Partido Conservador (Patrícia Falco). A segunda mulher do Comendador Paula Lima era Francisca B. Monteiro de Barros através da qual os Vidal criaram parentesco com os Monteiro de Barros e os Monteiro da Silva famílias influentes da região que também elegeram representantes para a câmara municipal.

²³ Sonia Miranda

Halfeld, Getúlio Vargas e Espírito Santo, terreno para a construção de matadouro na atual rua Halfeld”.²⁴

Ao descrever a formação da cidade faço referência a nomes que fazem parte das elites locais e participaram do processo de povoamento da região a qual surgiu Juiz de Fora. E não é minha intenção compartilhar da ideia de “Pai Fundador atribuído à figura de Henrique Halfeld pela Historiografia tradicional da cidade ou a qualquer outra personalidade. A origem de Juiz de Fora é fruto da atividade de diferentes gerações que se sucederam no espaço e no tempo, incluindo não só elementos da elite escravocrata, como também a atuação de homens livres pobres e escravos como nos mostra Mônica Ribeiro. Pedro Nava ao descrever o processo nos diz que o elemento de fixação de Halfeld na cidade teria sido consequência de seu “casamento com gente tradicional e povoadora do Paraibuna, [...] cidade que dizem que ele fundou. Fundou depois de seu sogro, de seus cunhados.” Para Patrícia Falco, sendo Halfeld e Mariano Procópio²⁵ dois forasteiros, o fator que propiciou uma melhor inserção do primeiro na elite local teria sido seu casamento com a filha de Antônio Dias Tostes, o patriarca dos Tostes. Mariano Procópio apesar de ter influenciado significativamente o desenvolvimento local não era bem aceito por essa elite, tentou se eleger por duas vezes a Câmara Municipal sem sucesso. Essa rixa entre Mariano e a elite local, era tão grande que dizem que Mariano tentou fundar uma nova localidade na região que fica sua casa, chegando a ponto do Imperador, Pedro II, relatar em seu diário, ao falar da sua chegada na região em uma de suas viagens a cidade, a existência de duas localidades diferentes”²⁶, uma era a cidade de Santo Antônio do Paraibuna e a outra era a de Rio Novo.

²⁴ MIRANDA, Sonia. Cidade, Capital e Poder: Políticas públicas e questão urbana na velha Manchester mineira. 1990 (Dissertação de mestrado). UFF

²⁵ Mariano Procópio Ferreira Lage foi proprietário da Companhia União Indústria, diretor da Estrada de Ferro Dom Pedro II, dono do que Paulino de Oliveira intitula “O Castelo de Mariano”, onde recebeu o Imperador e a Comitativa real na inauguração da Estrada União Indústria em 1861, fundou com apoio de Pedro II a Escola Agrícola a qual Pedro II também compareceu na inauguração e a Colônia D. Pedro II de Alemães para fornecer mão-de-obra na construção da Estrada União Industrial. É filho de Maria e Mariano Ferreira, seu pai e filho de Felizarda de Assis e de Francisco F. Armond. Sua prima Camila F. de Assis é casada com o Cel José Ribeiro de Resende em segunda núpcias (ver árvore genealógica Família Vidal Leite Ribeiro). Apesar desse parentesco com *gente influente* da localidade Patrícia Falco fala que Mariano nunca teria conseguido se eleger a câmara municipal, tento tentado por duas vezes. A autora justifica isso dizendo que existiu uma briga entre os herdeiros da Família Armond por uma herança de um tio, na qual José Ribeiro Resende e Mariano teriam ficado em lados opostos.

²⁶ Patrícia Falco, diário do imperador.

As doações dos terrenos para logradouros públicos, como visto acima, uma normalidade se tratando de melhorias feitas na localidade no início de seu povoamento, atitude que não se caracterizou em nenhum ato de “caridade”, ou favor por nenhum dos “notáveis” locais, se levarmos em consideração que com a evolução do povoado, se tem a valorização das terras as quais ele está inserido, terras que pertenciam aos próprios Henrique Halfeld e Antônio Dias Tostes, e demais membros das elites locais.

O café, durante o século XIX, vinha enriquecendo os grandes proprietários da região da Mata Mineira devido a grande disponibilidade de terras cultiváveis na região. Historiadores como Mônica Ribeiro e Anderson Pires dizem que além de roças para o plantio de subsistência, aqui também prevaleceu a grande propriedade fundiária focada na exportação do gênero. Anderson Pires qualifica a região como sendo um “complexo Agroexportador” com um funcionamento e ritmos próprios, como são o de São Paulo e do Rio de Janeiro, ao contrario do que a Historiografia anterior à década de 1990 queria supor. Mônica Ribeiro enfoca em sua pesquisa justamente a formação e consolidação de um Núcleo Agrário-Exportador Cafeeiro desenvolvido na Zona da Mata Mineira durante as duas ultimas décadas dos Setecentos e até meados dos Oitocentos. Anderson Pires, enfocando o período pós-abolição até a crise de 1929, argumenta que o setor Agroexportador vai agir não só como um “importante espaço para a efetivação do processo de realização dos produtos e serviços oferecidos pelo setor urbano-industrial”, ele também vai se constituir numa “fonte geradora de recursos que direta ou indiretamente acabarão por atingir este mesmo setor, estimulando sua diversificação e crescimento econômico no seio da economia regional”.(Pires, 2004)

Após a década de 40 do Séc. XIX vinham se estruturando atividades nitidamente urbanas no povoado de Santo Antônio do Paraibuna e “aos poucos a cidade transformou-se também em uma base de poder e controle por parte da elite predominantemente agrária residente naquele espaço”.²⁷ A partir da solução de problemas ligados à infraestrutura administrativa e policial e com a construção do Fórum e da cadeia publica o povoado poderia ser elevado a categoria de vila e posteriormente se emancipado, o que aconteceu em 1856. Favorecendo se de sua posição geográfica, na cidade de Juiz de Fora “aos poucos as trocas embrionárias e com baixo nível de monetarização cediam lugar a uma base comercial prospera garantido pela cidade-entrepoto”.²⁸ Acompanhando a tendência nacional, após a lei de terras, amplia-se a mercantilização do solo urbano embora ele não se transforme até o declínio da produção

²⁷ MIRANDA, Sonia. Cidade, Capital e Poder: Políticas publicas e questão urbana na velha Manchester mineira. 1990 (Dissertação de mestrado). UFF. Pág. 90

²⁸ MIRANDA, Sonia. Cidade, Capital e Poder: Políticas publicas e questão urbana na velha Manchester mineira. 1990 (Dissertação de mestrado). UFF. Pág. 91

cafeeira no século XX em mercadoria. Período em que teremos a destruição de boa parte do patrimônio histórico da cidade, com o processo de verticalização das edificações ocorridos em meados do Séc. XX.

A câmara municipal começa a se reunir no ano de 1853 tendo como vereadores os “Homens Bons”: Coronel José Ribeiro de Rezende²⁹, presidente da câmara, Comendador Francisco de Paula Lima³⁰, Antônio Dias Tostes, José Anastácio da Costa Lima, Tenente Dominicano Alves Garcia³¹, José Antônio da Silva Pinto³². Segundo Patrícia Falco, são todos lavradores de terras, membros da guarda nacional, com exceção de José Antônio Pinto que não tinha patente. Membros de partidos somente Antônio Dias Tostes, pertencendo ao Partido Liberal, e o Comendador Francisco de Paula Lima, membro do partido Conservador. Pertencer a Guarda Nacional era uma forma de distinção utilizada pela elite.

A criação, em 1855, da Sociedade Promotora de Melhoramentos da Vila de Santo Antônio do Paraibuna veio demonstrar o interesse da elite agrária nos negócios da localidade. Contando com a presença dos maiores representantes da elite cafeeira local. A sociedade tinha como membros Henrique Halfeld, José Antônio da Silva Pinto (barão da Bertioga), José Ribeiro de Rezende (barão de Juiz de Fora) e também os profissionais Liberais João Nogueira Penido³³, médico, Suplente na Câmara formada em 1857 e vereador na posterior eleita em 1861. O barão de Bertioga (José Antônio de Silva Pinto) natural de Barbacena e cafeeiro em Matias Barbosa foi escolhido como presidente da sociedade e segundo Sonia Miranda “foi o

²⁹ O Barão de Juiz de Fora era primo de Domiciliano A. Garcia (câmara municipal 1853/56 e José Antonio da Silva Pinto (barão da Bertioga) que também foi vereador na câmara municipal (1853/56 1861/64). Jose Ribeiro Resende era casado com Carolina M. C. em primeira núpcias, essa era irmã de Joaquim F. Miranda que também foi vereador da câmara municipal 1881/84, com ela teve dois filhos: Prudente que se casou com Emilia Halfeld (“filha de Henrique Halfeld) o outro filho era Geraldo Augusto Resende vereador em 1867/72 e 1887/90), casado com Maria Carlota Tostes filha de Antonio Dias Tostes. Posteriormente José Ribeiro casou-se com Camila F. de Assis neta de Francisco Armond e Felisarda de Assis, esta seria prima de Mariano Procópio. Com esta mulher teve mais três filhos: José, Augusto e Francisco Resende este também exerceu a vereança no período de 1881/84.

³⁰ Posteriormente Comendador Francisco de Paula Lima se elegeu, além deste mandato, para o quadriênio de 1861/64. Era filho de José R. Lima com Maria Antonia, sua mãe sendo filha do Inconfidente José Ayres Gomes. Casou-se com Maria Cândida em primeira núpcias, tendo dois filhos: Francisco de Paula Lima Filho (vereador – 1877/80) e Constança Vidal Barbosa Lage.

³¹ Este seria primo do Barão da Bertioga (José Antonio de Silva Pinto)

³² Barão da Bertioga

³³ nasceu em 1822 e faleceu em 1901.natural de Paraopeba, Filho de Antonio Nogueira Penido e Francisca Simões de Araújo Nogueira Penido, casado com Maria Cândida Lima Duarte Penido, medico Pioneiro da cidade, vereador em 1861/64 e 1877/1880, presidente da câmara municipal e Agente Executivo, deputado federal em varias legislaturas, terceiro vice-presidente do estado de Minas Gerais em 1878, autor da lei que proibiu a pena de açoites, fundador e presidente da Sociedade de Medicina e Cirurgia de Juiz de Fora. (“Salvo Erro ou Omissão” – Gente Juiz-Forana – José Procópio Teixeira) Membro do Partido Liberal(Patrícia Falco)

primeiro investidor no mercado imobiliário urbano”.³⁴ Colaborou com a construção da Santa Casa de Misericórdia, fundou a Irmandade Nosso Senhor dos Passos e construiu casas para alugar aos profissionais liberais.

Os profissionais liberais vão ter bastante influencia sobre o exercício do poder local, principalmente os médicos, através da Sociedade de Medicina e Cirurgia da Cidade de Juiz de Fora. A cidade, sofrendo com constantes epidemias no período, dava especial atenção ao que esses profissionais falavam sobre a salubridade publica. Inclusive em Janeiro de 1889, como verifiquei no livro de atas da câmara, estoura uma epidemia de varíola na região e uma intensa atividade desses médicos no auxílio a Câmara Municipal ao combate dessa epidemia. Se na primeira câmara formada em 1853, não temos a presença de nenhum profissional liberal entre os eleitos, no restante das Câmaras formadas até o fim do Império teremos uma presença marcante no exercício desses mandatos e na Câmara empossada para o período de 1887 – 1889. Temos a presença de dois médicos entre os vereadores: o Dr. Ernesto de Andrade Braga e Eloy de Andrade, e ainda o Bacharel em Direito Fonseca Hermes.

A origem do poder político local está ligada a terra, e como esta, concentrado nas mãos de poucas famílias, que através dos atos de Benemerência vão perpetuando seus nomes no imaginário popular local e valorizando suas terras, aumentando seu poder socioeconômico e conseqüentemente o seu poder político, chegando a dominar, através de seus descendentes, parentes e agregados, como nos mostra a dissertação de mestrado de Genovez, a representatividade política do município durante todo o período Imperial. Paulino em seu livro nos diz que, “como qualquer obra municipal só pudesse então ser realizada por meio de subscrição popular”, devido à lei de primeiro e outubro de 1828, sobre esta lei Sergio Buarque de Holanda nos diz:

... que reduz afinal a câmara, em seu artigo 24, a “corporações meramente administrativas”, sem qualquer jurisdição contenciosa, sem atender, por um lado, e consagrada esses ideais. Por outro lado, deixá-los escassos os recursos para cumprirem as obrigações antigas e as novas. É inevitável que, reduzidas, assim, a impotência, já não estejam mais a altura de fazer valer suas altas pretensões, que vêm

³⁴ MIRANDA, Sonia. Cidade, Capital e Poder: Políticas publicas e questão urbana na velha Manchester mineira. 1990 (Dissertação de mestrado). UFF. Pág. 91

de um passado morto. Tanto mais quando sua força antiga ia fundir-se na das províncias, dotadas agora de um legislativo absorvente.³⁵

Na dependência do poder público do financiamento privado, as grandes obras de infraestrutura com a Estrada União Indústria (1861) e Usina Hidrelétrica de Marmelos (1889), entre outros exemplos, são feitos por particulares com o apoio da câmara municipal ou sem ele. Também como consequência desta lei, abria-se a porta para a troca de favores entre os dois poderes e para mais um mecanismo de distinção entre os “notáveis”. Um bom exemplo disso é a subscrição feita em 1852 para a aquisição de um prédio para o funcionamento do poder público local. A câmara adquiriu, através de subscrição pública, um prédio junto ao Comendador Henrique Halfeld e sua mulher Cândida Carlota Halfeld para o seu funcionamento. Assinam essa subscrição os senhores mais abastados da região os “Homens Bons” da localidade. A subscrição contava com assinaturas e discriminação de valores doados, lista nos apresentada por Paulino de Oliveira em ordem de grandeza:

Assinam a subscrição: **José Antônio da Silva**³⁶, 1:000\$000; Domingos Alves Garcia, **José Ribeiro de Rezende**³⁷, Domingos Antônio Lage, **Antônio Dias Tostes**³⁸, **Henrique Halfeld**³⁹, **Mariano Procópio Ferreira Lage**⁴⁰, Joaquim Mendes Ferreira Junior e padre João Marciano Cerqueira Leite, 500\$000; padre Joaquim Furtado de Mendonça⁴¹, viúva Dutra, **Manoel Dias Tostes**⁴², Luiz Antônio da Silva, Antônio José de Macedo Moura, Joaquina Antônia e Filho, Manoel de Castro Guimarães, José Caetano Rodrigues Horta, Francisco Joaquim de Miranda, Ludovico Martins Barbosa, Joaquim Luís da Silva, Leandro Barbosa Teixeira, Manoel Gonçalves de Loures, José Antônio de Queiroz, José Fernandes de Miranda, Manoel Nunes de Campos, vigário Tiago Mendes Ribeiro, Domingos do Valle Amado, Manoel Joaquim da Silva, Antônio da Cunha e Souza, Antônio de Macedo Cruz, Francisco Ribeiro de Assis, Luiz Pires de Carmo, Tito Antônio de Jesus, Marcelino Gonçalves da Costa, Gabriel Jose de Barros, Leite & Aquino, Domingos Antônio Ribeiro, Joaquim de Paula

³⁵ Historia Geral da Civilização Brasileira. Tomo II, O Brasil Monárquica Volume 3. pág. 27

³⁶ Barão da Bertioga

³⁷ Barão de Juiz de Fora

³⁸ proprietário da maioria das terras as quais surgiram a cidade e sogro de Henrique Halfeld.

³⁹ “patriarca” dos Halfeld na cidade.

⁴⁰ Um dos cidadãos mais influentes em âmbito nacional da localidade.

⁴¹ Cabe ressaltar a influencia exercida pela Igreja Católica na sociedade local, tendo inclusive padres eleitos para a câmara municipal.

⁴² Filho de Antonio Dias Tostes

e Souza, Francisco de Assis Alves, Francisco Bernardino de Barros, José Bernardino de Barros, Jose de Barros Monteiro, Francisco Justino de Barros, Francisco Ribeiro de Magalhães, Gabriel Antônio de Barros, e **Idelfonso Monteiro de Barros**⁴³ que subscreveram quantias abaixo de 200\$000.⁴⁴

A iniciativa privada através de concessões e monopólios cedidos pelo poder publica, toma as iniciativas de desenvolvimento dos serviços essenciais da cidade, tomando para si as atividades mais lucrativas como o fornecimento de iluminação, transporte e comunicação. Assim foi o caso da estrada União Indústria, com concessão do Governo Imperial a Mariano Procópio, o da Companhia Mineira de Eletricidade dada pela Câmara Municipal ao grupo liderado por Bernardo Mascarenhas⁴⁵; deixando a cabo do poder publico os menos rentáveis ligados ao desenvolvimento da infraestrutura urbana como os serviços de água e esgoto e calçamento. E mesmo estes serviços a cargo da Câmara, se observarmos atentamente, são oferecidos de maneira elitizada, sendo as melhores áreas pavimentadas e saneadas, ou embelezadas, do município áreas onde residem os “notáveis” do período. Fato que comprovamos se olharmos para a hierarquia espacial e simbólica existente na cidade até os dias de hoje, com uma constelação de nomes de “notáveis” locais e referencias ao regime político vigente, estrelando as ruas e praças centrais, região supervalorizada em função de sua localidade e dos serviços, privados e públicos, que têm a sua disposição.

A Estrada União Indústria inaugurada em 1861, idealizada por Mariano Procópio veio a contribuir bastante com o desenvolvimento local. Apesar das polemicas envolvendo sua construção, Mariano Ferreira Lage teria desviado o trajeto original da estrada no local, onde hoje é o *Largo do Riachuelo*, formando bifurcação entre Av. Rio Branco e Av. Getúlio Vargas, que na época chamavam-se respectivamente Rua Direita e Rua D. Pedro II ou Rua Imperial. Essa atitude teria gerado descontentamento desde sua idealização por parte da câmara, para

⁴³ Não encontrei muitas referencias do vereador Joaquim Idelfonso Monteiro de Barros nas fontes a que recorri para, o nome dele já encontrei escrito de duas maneiras, por isso ainda não posso precisar se são a mesma pessoas..

⁴⁴ Historia de Juiz de Fora. Paulino de Oliveira

⁴⁵ natural de Curvelo, filho de Antonio Gonçalves da Silva Mascarenhas e Policema Ferreira Pinto Mascarenhas, casado com Amália Guimarães Mascarenhas, membro da Assembléia Municipal Republicana em 1891. (“Salvo Erro ou Omissão”- Gente Juiz-Forana, José Procópio Teixeira). Este ainda teria uma fabrica de tecidos e terrenos anexos; cachoeira do “marmelo” e terrenos anexos, títulos das seguintes companhias: Companhia Mineira de Eletricidade, Fiação de Tecidos Cedro e Cachoeira, Construtora Mineira, Bamco do Credito Real de Minas Gerais e da Empresa de Mineração Caeté; ações da “The Leopoldina Railway Company Limited.

tratar do assunto Mariano convoca uma reunião com as “pessoas de destaque da cidade”⁴⁶ a ser realizada na câmara no dia 15 de março de 1855, sob a presidência do comendador Antônio da Silva Pinto. O assunto não teria sido resolvido nessa reunião sendo marcada uma outra para o dia 12 de abril daquele mesmo ano. Essa com a presença da maior parte dos honrados e conspícuos habitantes desta vila como consta no livro de Paulino de Oliveira deu seu parecer sobre a questão Henrique Guilherme Hakfekd, o qual dizendo ter se colocado contrario a principio a construção da derivante da estrada passando pelo Poço Rico, após consultar os engenheiros Vigoroux e Flagelot havia se convencido do argumento desses se colocando a favor disse:

Indispensável convém fazer-se, não só para mais saliente e verdadeiro interesse da dita companhia, mas também, com evidencia, para o mais transcendente beneficio do pais, uma vez que ela se resolve a preparar o curso da estrada do Paraibuna com a gradação longitudinal tal que possa com todas as vantagens admitir uma via férrea.⁴⁷

Ele ainda argumenta no sentido que seria indispensável conservar em bom estado o antigo caminho que passava pela Rua Principal. Fato que não aconteceu. Construída a derivante do Poço Rico foi relegada ao esquecimento a antiga pela companhia como nos conta Paulino de Oliveira.

A historia de Juiz de Fora parece estar sempre ligada a caminhos e estradas e aos benefícios de nossa localização, entre o Rio de Janeiro e o interior de Minas Gerais. Começou a se desenvolver a partir do “Caminho novo”, depois da “Estrada Nova” e na segunda metade do séc. XIX, o que veio acelerar o desenvolvimento local facilitando o escoamento da produção cafeeira da região com a melhoria do acesso ao Rio de Janeiro seria a estrada União Indústria. Posteriormente a ela tem-se a fundação da Colônia D. Pedro II e devido à escassez de mão-de-obra na cidade, Mariano traz os alemães para trabalharem na construção da estrada.

Sonia Miranda argumenta que a partir da construção da estrada união Indústria podemos “esboçar as linhas básicas de expansão do tecido urbano, ao mesmo tempo em que

⁴⁶ Paulino de Oliveira, Historia de Juiz de Fora. Pagina 54

⁴⁷ Paulino de Oliveira, Historia de Juiz de Fora. Pagina 54

estabelecem no plano nascente da cidade as primeiras marcas de segregação espacial que se mantém até os dias de hoje”⁴⁸ As elites no principio da ocupação do território se instalam na região central, aos pés do Morro do imperador, foi nessa área que a partir de 1850 essas elites residente no vilarejo de santo Antônio do Paraibuna optaram pela definição de um centro de poder estabelecido sob a trilogia Igreja/ Repartições Publicas/ Praça Central. Sonia diz que embora não posamos dizer que a cidade seja um caso de origem patrimonial, devido ao caráter comercial e a posição do território como fonte de abastecimento, temos nas atitudes das elites ao definirem a função política da área central características patrimoniais que são exageradas pela historiografia tradicional da cidade no decorrer do tempo.

Na década de 1870 chegaria à cidade a estrada de Ferro D. Pedro II acelerando ainda mais o processo de crescimento da cidade, por se tratar de um meio de transporte mais rápido e barato de mercadorias e pessoas. Facilitando ainda mais o escoamento da produção cafeeira e o desenvolvimento do nascente comercio local aos arredores da estação ferroviária. Fruto de polemica teria sido o lugar escolhido para as instalações da estrada de ferro em 1871, Mariano Procópio a teria feito no mesmo lugar onde existiam as entalações da Companhia União Indústria em frente a sua casa. Como consta no oficio enviado ao Ministério da Agricultura pelo vereador Cristóvão de Andrade em outubro de 1871, solicitando a construção de uma estação da estrada de ferro no centro da cidade ...

que a câmara municipal dirija com urgência ao ministério da Agricultura, pedindo o estabelecimento de uma estação da Estrada de Ferro D. Pedro II esta cidade do juiz de Fora, como é do interesse de todos os seus habitantes e do comércio. Nessa representação a câmara devera apresentar, para prova de seu pedido, as seguintes considerações: 1 – **que o estabelecimento de uma estação fora da cidade e anexa a União Industria, obriga os passageiros a percorrerem uma distancia de seis quilômetro de ida e volta, causando-lhes grande inconveniência, o grave inconveniente de aumentar o preço do transporte com o acréscimo indevido, produzindo assim um tributo mais pesado que a cidade pagara injustamente;** 3 – que em todos os países se tem respeitado o interesse das povoações nos traçados das estradas de ferro e que o mesmo Governo Imperial tem atendido a estas reclamações, como aconteceu com a criação da estação de Palmira, onde apenas existia

⁴⁸ MIRANDA, Sonia. Cidade, Capital e Poder: Políticas publicas e questão urbana na velha Manchester mineira. 1990 (Dissertação de mestrado). UFF. Pág. 93

uma estrada insignificante e que não pode entrar em paralelo com a cidade já muito importante do Juiz de Fora.⁴⁹

Após alguns pedidos feitos pela câmara, no ano de 1875, esta envia um ofício de agradecimento aos senadores Francisco de Paula Silveira Lobo, Martinho Alves da Silva Campos e deputados José Calmon Nogueira Vale da Gama, Luiz Eugenio Horta Barbosa pelos esforços empregados em estabelecer em Juiz de Fora a estação da Estrada de Ferro D. Pedro II. A estação dentro da região central da cidade foi inaugurada em 1877, Falco chama a atenção para o fato dela só ter ocorrido após a morte de Mariano Procópio Ferreira Lage em 1872.

No município havia três focos de povoamento: o da fazenda do Juiz de Fora o mais antigo e no contexto do trabalho o Bairro Bota N'Água, o da colina do Alto dos Passos e o da companhia união e Indústria e colônia D. Pedro II, na região dos atuais bairros são Pedro, Fabrica e posteriormente Borboleta. A comunicação entre essas áreas era precária. Chegando a ponto de terem relatos sobre a existência de duas cidades na localidade, a cidade de Mariano, sediada na estação em frente a sua casa e de Santo Antônio do Paraibuna a três quilômetros desta. Mas além desta briga de interesses teoricamente conciliados em 1877 com a construção da estação, temos uma divisão social presente dentro do espaço físico da cidade, como na citação já clássica de Pedro Nava na historiografia da cidade, nos mostra:

A rua halfeld desce como um rio, do morro do Imperador e vai desaguar na praça da estação. Em sua margem direita o Alto dos Passos a câmara, o fórum, a Academia do Comercio com seus padres, o Stella Matutino com suas freiras, a matriz com suas Irmandades, a Santa Casa com seus provedores, a cadeia com seus presos (testemunhas de Deus – contraste das virtudes do justo). Toda uma estrutura social bem pensante e caferdenta que se pudesse amordaçar a via e suprimir o sexo, não ficaria satisfeita e traria ainda, nas palavras de Rui Barbosa, de forrar de lã o espaço e cair a natureza de ocre (...). O lado de Juiz de Fora revolucionário irreverente (sentido norte) dizia sempre não! Ao outro, ao do Alto

⁴⁹ trecho do livro de Paulino de Oliveira transcrito do livro de atas da câmara municipal pelo autor, na página 84/85 de seu livro "A Historia de Juiz de Fora.

dos Passos – conservador, devoto, governista, elogiador e arrogante.⁵⁰

Como explicito acima, os recursos da câmara municipal eram escassos e por isso qualquer obra publica nesse período era realizada pela ou em parceria com a iniciativa privada e, portanto para a aquisição do terreno da estação seria feita uma subscrição, “da qual da conta o seguinte documento, assinado pelo vereador Amálio Halfeld e datado de 21 de julho de 1877.”⁵¹. Obra que também nos mostra o processo de segregação espacial sofrido pelas classes subalternas, segundo Sonia Miranda a região desapropriada era pouco valorizada e as residências que existiam eram em sua maioria de ex-escravos. Sobre essa subscrição chamamos a atenção para algumas assinaturas, como a dos herdeiros do comendador Halfeld e a de Joaquim Nogueira Jaguaribe vereador no quadriênio estudado no próximo capítulo.

Acompanhando o desenvolvimento da cidade sua população também vinha crescendo. No Álbum de Juiz de Fora Albino Esteves fala em um total de 600 habitantes⁵² na cidade em 1855, fora a população rural. Esse numero, em 1890 passa para 10.000 segundo Paulino de oliveira e 22.586 segundo dados do recenseamento de 1890, juntando a população do distrito da cidade e a população rural. Nos anos oitenta estabeleceu-se um sistema de transportes urbanos e organizou o sistema financeiro da cidade com a criação de Banco Territorial e Mercantil de Minas Gerais. Fundado em 1887, este desapareceu dois anos depois, como consequência do encilhamento. Em seguida veio o banco do Credito Real de Minas Gerais, fundado pelos srs. Barão de Monte Mario, Manoel Matos Gonçalves, Bernardo Mascarenhas, Dr. João Ribeiro de Oliveira e Souza e Francisco Batista de Oliveira e como nos conta o autor⁵³ este teria sobrevivido ao encilhamento devido a acuidade de sua primeira diretoria, assim constituída: barão de Monte Mario, presidente; barão de Santa Helena, vice-presidente; Bernardo Mascarenhas, secretario, e principalmente de João Ribeiro. Sendo este Banco responsável pelos empréstimos para a iniciativa privada e para os serviços de saneamento urbano organizados pela câmara municipal.⁵⁴

⁵⁰ Pedro Nava no livro “Baú de Ossos” na pagina 20. segundo Sonia Miranda dos estabelecimentos destacados por Nava, com exceção do Colégio Stela Matutina e a Academia de Comercio, os demais são anteriores a década de 1880.

⁵¹ Paulino de Oliveira no livro “Historia de Juiz de Fora”, na pagina 85.

⁵² Dado somente para a região central, excluindo a região rural.

⁵³ “História de Juiz de Fora” na pagina 117.

⁵⁴ Sonia Miranda, pagina 107

Em 1888 tem-se a organização da Companhia mineira de Eletricidade, em assembleia realizada no Banco Territorial e mercantil de Minas Gerais, e nessa reunião compareceram:

Bernardo Mascarenhas que expôs o plano de formação da sociedade, os srs, Caetano Mascarenhas, Francisco Mascarenhas, Ricardo Martins da Costa, Dr. Pacifico Mascarenhas, Balbino de Magalhães Gomes, Teófilo Marques Ferreira, Antônio Diniz Mascarenhas, Bernardo Ferreira Pinto, Antônio Augusto Mascarenhas, João Barbosa Correa, Raul Alves, *Francisco Eugenio de Resende*⁵⁵, *barão de Juiz de Fora*⁵⁶, Francisco Ferreira de Assis Fonseca, Francisco Batista de oliveira, dr. Fernando lobo, Manoel de Matos Gonçalves, Francisco Antônio Brandi, Cristóvão de Andrade, barão de Santa Helena, e Manoel Vidal Barbosa Lage. Nesta data ficou eleita a diretoria, constituída pelos srs. Bernardo Mascarenhas, Francisco Batista de Oliveira e Francisco Eugenio Resende.⁵⁷

Podemos dizer que existe uma ampla representatividade das elites de Juiz de Fora nessa reunião, temos dos representantes do poder tradicional, como os Barões, ao Advogado Fernando Lobo Leite Pereira membro da comissão executiva do partido republicano⁵⁸. A inauguração da luz elétrica na cidade ficou marcada para 5 de setembro de 1889 e já no ano seguinte suas ações tinham duplicado de valor. Sonia Miranda fala que a companhia elétrica teria se constituído numa “espécie de Holding”⁵⁹ que lentamente passa a deter o monopólio dos serviços de iluminação pública e particular (1889), força motriz (1898), bondes de tração elétrica (1905) e telefonia (1893). Nesse grupo tinham representantes das elites agrárias convivendo com republicanos declarados, ambos com interesses no desenvolvimento da cidade e conseqüente aumento da lucratividade de seus investimentos na área urbana.

É dentro desse panorama que pretendo inserir a leitura do Livro de Atas da Câmara Municipal referente ao quadriênio de 1887-1889, em Juiz de Fora, uma cidade que tem sua formação cultural e simbólica sob o teto do Regime Imperial. Com um poder público com fortes laços privados sendo, também reflexo dos interesses das famílias influentes locais. A

⁵⁵ filho de José Ribeiro de Resende com Camila Assis.

⁵⁶ José Ribeiro de Resende

⁵⁷ Oliveira, Paulino. História de Juiz de Fora, pág 116

⁵⁸ *Diário Mercantil* de 19 de agosto de 1888

⁵⁹ Sonia Miranda página 108

historiadora Mônica Ribeiro argumenta ser no período entre as duas últimas décadas do séc. XVIII até a década 60 do séc. XIX, que ocorrerão as grandes transformações não só no espaço físico da região, com a ocupação de novas terras, mas também a formação de um grupo social originado da segunda geração das grandes famílias da Comarca do Rio das Mortes. Geração que herda de seus pais, além de uma parcela de riqueza, já enfraquecido pelo próprio sistema equitativo de herança, como nas palavras da própria historiadora, “um patrimônio ainda maior, que era o nome e o status – uma herança Imaterial.”. Com intuito de conhecermos melhor essas relações de amizade e compadrio entre as elites locais, é que analisarei com o auxílio de Patrícia Falco os troncos familiares da câmara municipal.

1.1. Os Troncos Familiares

Patrícia Falco Genovês utiliza o conceito de Família Patriarcal de Gilberto Freire “onde a descendência sempre se faz através do primogênito e os agregados e escravos, além dos parentes mais próximos são considerados como parte integrante da família”(FALCO, 1996). Acrescentando a noção de clã, de Oliveira Vianna, que na visão da autora terá uma outra leitura. Ela conceitua clã como “uma família extensa cujo tronco principal vai agregando outros e se fortificando com alianças endogâmicas”.⁶⁰ Com a finalidade de identificar essas *famílias extensas* locais e sua atuação junto a Câmara de vereadores, utiliza-se para esses fins os testamentos, os inventários de bens e partilhas, livros de genealogia e registros de doação de sesmarias. Ela consegue identificar três troncos familiares principais, ou “famílias extensas” ligadas a essas doações, que são os “Tostes”, os “Vidal” e os “Valle Amado”, enfocando a ligação dessas Famílias com a doação de sesmarias e seus laços parentais no decorrer do período imperial.

A *família extensa* Tostes tem como patriarca Antônio Dias Tostes, sesmeiro proprietário das terras ao redor do Caminho aberto por Henrique Halfeld, em 1836. Terras onde floresceu o povoado e a vila Santo Antônio do Paraibuna, e posterior cidade de Juiz de Fora. Os Tostes agrega outras famílias importantes da região através dos laços de casamento e compadrio. O imigrante alemão Henrique Halfeld casa-se com uma das filhas do coronel Dias Tostes em segunda núpcias, Cândida Tostes, ficando raízes na região e agregando seu nome a esta família. Através do casamento dos filhos de Henrique Halfeld, a família Tostes vai agregar

⁶⁰ GENOVEZ, Patrícia Falco. As malhas do poder: uma análise da elite de Juiz de Fora na Segunda metade do século XIX. 1996 (Dissertação de Mestrado). UFF

outros sobrenomes também importantes da região: os Camillo Campos, Barbosa e Ribeiro Rezende. Através do Coronel José Ribeiro de Rezende se juntando aos Teixeira de Carvalho e aos Henriques, chegando a ter parentesco com os Armond de Barbacena dos quais descendem os Ferreira Lage, e com um dos netos do Inconfidente José Ayres Gomes: o Comendador Francisco de Paula Lima, com isso tendo laços até com membros dos outros dois troncos familiares tradicionais da região⁶¹.

José Ayres Gomes, o maior proprietário de terras de Minas Gerais, com sesmarias que iam da Serra da Mantiqueira ao Rio Paraibuna, através dos seus netos, dá origem a *família extensa* Vidal. Segundo Patrícia Falco, sua neta Maria Carlota, se casa com Manoel Vidal Barbosa Lage⁶², cujos parentes também eram sesmeiros da localidade. A irmã de Maria Carlota, Constança Duarte Lima, deu origem aos descendentes das famílias Penido, Miranda Ribeiro, Lima Duarte e Andradas. A família dos Monteiro de Miranda Ribeiro são primos dos Barros, dos Monteiro da Silva e dos Monteiros de Barros. Fechando a *família extensa* Vidal, o neto de José Ayres Gomes, o Comendador Francisco de Paula Lima⁶³, teve quatorze filhos de onde descendem os Paula Lima, os Miranda Lima, os Vidal Barbosa Lage.⁶⁴

Os Valle Amado, a terceira *família extensa* encontrada por Falco, reuniu em seu tronco familiar, além dos próprios Valle Amado, os Cerqueira Leite e os Nogueira da Gama, dos quais é descendente Inácio da Gama, que perdera a Avó de Nava⁶⁵ para Henrique Halfeld por ter frequentado a rua do Sapo⁶⁶, Inácio também foi vereador da cidade. Os Valle Amado eram proprietários da Fazenda São Matheus, chegando inclusive a terem entre seus membros um presidente provincial, o Barão de São João Nepomuceno, nome com o qual é chamada uma das ruas centrais da cidade, reforçando no imaginário local o poder desses clãs. Essa Rua não será citada na parte referente ao *imaginário expresso nas ruas da cidade*, porque sua abertura data de 1883, data posterior a relação levantada por Uchoa a qual me basearei para identificar as ruas existentes na área central da cidade no período.

Todas as três *famílias extensas* tiveram representação na Câmara Municipal de Juiz de Fora no período Imperial, seja por parentesco ou relação clientelar com os membros da

⁶¹ Patrícia Falco

⁶² Filho de Antonio Vidal, Patriarca da Família na região. Seu irmão teria sofrido com o degredo por ter participado da inconfidência mineira.

⁶³ Segundo Mônica Ribeiro o comendador Francisco de Paula Lima, que ao falecer, em 1866, possuía 195 escravos, 468 mil pés de café e 31.000\$000 em ações da companhia União Industria.

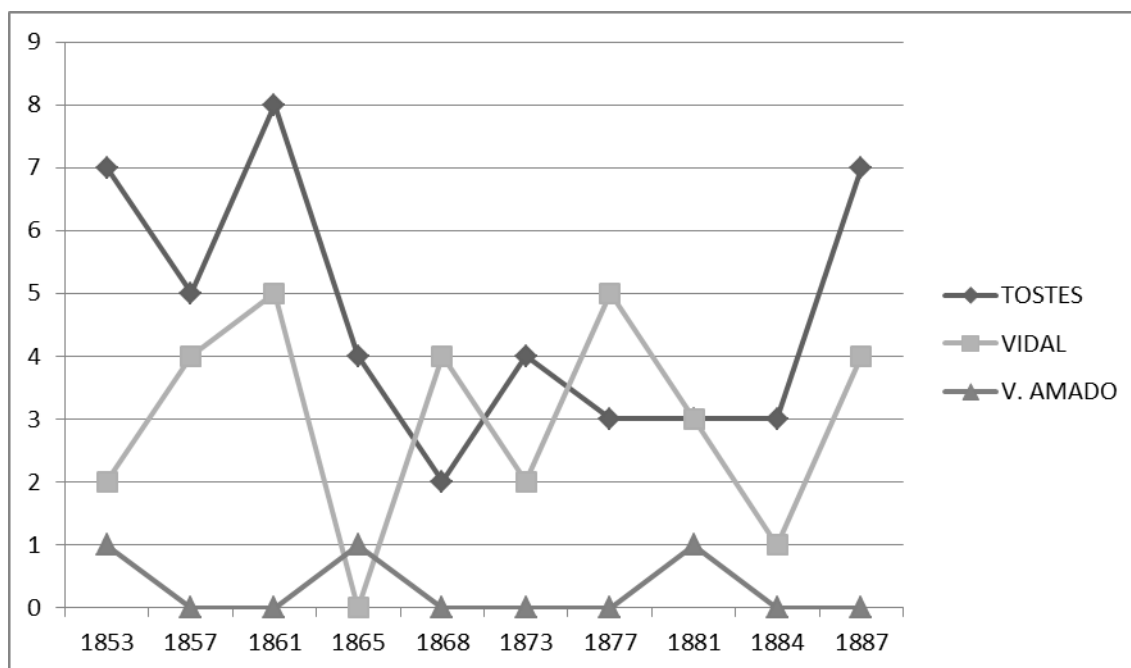
⁶⁴ GENOVEZ, Patrícia Falco. As malhas do poder: uma análise da elite de Juiz de Fora na Segunda metade do século XIX. 1996 (Dissertação de Mestrado). UFF

⁶⁵ memorialista local. Ele narra tal fato no seu livro "Baú de Ossos".

⁶⁶ rua onde ficavam os prostíbulos.

Câmara Municipal. Como fica claro no gráfico retirado da dissertação de mestrado de Patrícia Falco Genovez: “As Malhas do Poder: Uma análise da elite de Juiz de Fora na segunda metade do século XIX”.

Demonstrativo da presença das principais famílias que integraram a câmara municipal no período de 1853 – 1889.



FONTE: FALCO, Patricia. 1996.

O gráfico nos mostra todas as câmaras municipais formadas desde o início dos seus trabalhos em 1853 até o fim do Império e a representatividade em termos quantitativos das três *famílias extensas locais*. Segundo Patrícia Falco ainda é possível verificar outras relações parentais na Câmara, mas estas não têm ligação com a doação de sesmarias e como também não tem ligação com os membros da Câmara eleita para o período de 1887 – 1890 não vou aqui me ater a eles. No gráfico fica claro o predomínio dos Tostes, só perdendo a hegemonia na vereança nos anos de 1868 e 1877 para os Vidal e nos anos de 1881 as famílias se equiparam. Os Vale Amado não tem tanta representatividade se comparada com as outras duas famílias, só tendo representantes eleitos para as legislaturas de 1863, 1865, 1881. Na última Câmara eleita no período Imperial, a qual acontece a discussão que da origem ao

presente trabalho, temos um predomínio dos Tostes com sete representantes eleitos, ficando os Vidal com quatro vereadores e uma ausência completa dos Vale Amado nessa gestão, segundo a análise da genealogia local feita por Patrícia Falco Genovez.

Na Câmara Municipal eleita para o período de 1887-1889, em que ocorreu a “batalha simbólica” em torno dos nomes da “Rua Imperatriz” e “Tiradentes”, tinha como vereadores o Barão do Retiro (Tenente Geraldo Augusto de Rezende) membro da Guarda Nacional, lavrador e proprietário de terras, membro do partido conservador e da *família extensa* Tostes; Filho de José Resende Ribeiro (Barão de Juiz de Fora) e casado com Maria Carlota Tostes irmã de Cândida Maria Carlota, mãe de Mariano Halfeld; Antônio Teixeira de Carvalho, lavrador e proprietário de terras, membro da *família extensa* Tostes; Doutor Joaquim Eloy dos Santos Andrade, profissional Liberal residente em Mathias Barbosa, membro do clube republicano de Juiz de Fora; Capital Pedro José Henriques, membro da *família extensa* Tostes, da Guarda Nacional, do partido conservador, lavrador e proprietário de terras; Doutor Ernesto de Andrade Braga, profissional Liberal e membro do partido liberal⁶⁷; Joaquim Idelfonso Monteiro de Barros, membro da *família extensa* Vidal é do partido conservador e primo de Matheus Herculano Monteiro da Silva, que também é membro da *família extensa* Vidal e do partido conservador; Tenente Coronel Bernardo Mariano. Halfeld, membro da *família extensa* Tostes, membro do partido Liberal, da Guarda Nacional, lavrador e proprietário de terras da região e sobrinho de Geraldo Augusto Resende; e em substituição a João Nogueira Jaguaribe, tem João Severiano Fonseca Hermes, membro da Guarda Nacional, do Clube Republicano, e profissional liberal Bacharel em Direito⁶⁸.

A historiadora Patrícia Falco conclui “que ao relacionar a história da família com a História Política verificamos que na verdade a câmara de vereadores de Santo Antônio do Paraibuna foi à verdade uma Câmara dos Compadres que formou grupos tradicionais atraindo para dentro de suas órbitas famílias influentes da localidade.”⁶⁹.

⁶⁷ Segundo Patrícia Falco era membro do Partido Liberal fato que não discordo pois muitos dos republicanos vieram desse partido, mas Ernesto tem a sua candidatura para o quadriênio 1887 – 1890 pela chapa republicano.

⁶⁸ Nasceu em 1865 e morreu em 1911, natural de São Rafael(RS), filho Hermes Hermeto da Fonseca e Rita Rodrigues da Fonseca, casado com Elvira Assis Fonseca Hermes, advogado, promotor de justiça, jornalista da “gazeta de Juiz de Fora” em 1881 e Diário de Minas em 1888, secretário do Governo da República em sua primeira fase, tabelião do Rio de Janeiro, vereador em 1887/89. (“Salvo Erro ou Omissão” - Gente Juiz-forana: José Procópio Filho)

⁶⁹ GENOVEZ, Patrícia Falco. As malhas do poder: uma análise da elite de Juiz de Fora na Segunda metade do século XIX. 1996 (Dissertação de Mestrado). UFF. Pág.

1.2. O imaginário expresso nas ruas.

Consolidada no regime Imperial, a cidade de Juiz de Fora também tem seus hábitos e costumes e sua simbologia influenciados por essa cultura, fato que procurarei identificar através dos nomes das ruas centrais da cidade. Tomando a região central como base, encontramos nomes populares fruto do imaginário local ao vivenciar as localidades, e outros dados pela elite política, representada pela Câmara Municipal, que podem ser um retrato da mentalidade dessa elite e do que ela quer imprimir ao imaginário popular local. Os organizadores da “Revista Juiz de Fora em dois tempos” argumentam que “o espaço urbano da cidade foi cenário onde a elite política construiu e traçou os símbolos de sua ascensão no contexto social e econômico de Minas gerais e do próprio país”.

Paulino de Oliveira relata em seu livro⁷⁰ que no ano de 1881 a Câmara Municipal fecha contrato com o engenheiro José Barbalho Uchoa Cavalcanti, para fazer a planta cadastral e topográfica detalhada da cidade. Esta planta não sendo encontrada pelo autor o que ele nos apresenta em sua obra é a “relação nominal dos proprietários cujas casas se acham na planta da cidade de Juiz de Fora, assinada por Uchoa Cavalcante datada de 1883”⁷¹. Tomarei essa relação como base para identificar quais as ruas existiam no perímetro central da cidade, na década de 1880, e quais eram os nomes dados a essas ruas, por isso reproduzirei a relação na íntegra:

... a qual esclarece que havia então na cidade, figurando na planta, 613 casas, assim distribuídas : rua Direita – do Largo do Riachuelo ao Lamaçal, 155 casas; rua do Imperador, do Largo do Riachuelo a cadeia, 30; rua de São Sebastião, 2; rua da Liberdade, - da rua de Santo Antônio a estrada de Ferro, 15; rua da Imperatriz – da rua de São Antônio a estrada de Ferro , 58; rua Halfeld da rua direita a estrada de Ferro, 73; rua de Santa Rita – da rua Direita a rua do Imperador, 32; rua do Espírito Santo – da rua Direita para a rua do Imperador, 27; rua do Comércio, 26; rua Conde d'Eu – da rua do Comércio para a estrada de Ferro, 19; rua de São Matheus, 37; rua

⁷⁰ História de Juiz de Fora, Paulino de Oliveira.

⁷¹ Oliveira Paulino. História de Juiz de Fora. Pág. 118

de Santo Antônio – da rua de São Sebastião a matriz, 10; morro de Santo Antônio, 16; Bota'nágua, 57; morro da Gratidão, 56.⁷²

Esclarecendo em nota de roda pé⁷³, Paulino afirma a relação não fazer referencia as ruas da União, da Glória, da Gratidão e Mariano Procópio localizadas na região do morro da Gratidão e também a Rua Antônio Dias⁷⁴ por não haver casas edificadas lá, “declara ter deixado de enumerar as casa da rua do Capim (Moraes e Castro) e as casa de Capim, do morro de Santo Antônio”. Faltando ainda na lista a Rua do Sapo que teve suas casas registradas na rua Conde d'Eu, por ela também ser conhecida por esse nome. Pedro Nava em seu livro “Baú de Ossos” relata que a Rua do Sapo era a rua dos prostíbulos da época. Segundo Nava, Inácio da Gama havia perdido a mão de sua avó, a “Inha” Luiza, para Henrique Halfeld este em sua terceira núpcias por ter frequentado a referida rua, que posteriormente viria a se chamar “Rua Fonseca Hermes” no período Republicano. Ressaltando que o interesse pela região vinha bem antes da existência da Vila de Santo Antônio do Paraibuna com a distribuição de sesmarias de terras pelo Príncipe Regente D. João VI, que também incentivou o plantio de café distribuindo mudas trazidas de Moçambique. Um dos sesmeiros convidados pelo monarca era o Coronel de Milícias José Inácio Nogueira da Gama, proprietário da fazenda de São Matheus, na área de Juiz de Fora. O coronel José Inácio Nogueira da Gama casou-se com a filha de Manuel do Valle Amado e o filho do casal homônimo do pai, Inácio da Gama, foi vereador e presidente da Câmara Municipal de Santo Antônio do Paraibuna e esses dão origem a uma das famílias extensas identificadas por Patrícia Falco.⁷⁵

Voltando a falar das ruas, observando os nomes citados na relação de 1883, vemos que das doze ruas que compõem a região central, cinco fazem referencias a santos católicos, quatro ao regime monárquico (mesmo que de maneira indireta, como é o caso da Rua da Liberdade, fazendo referencia a Independência, processo liderado pelos Bragança). Restando ainda a Rua Halfeld símbolo que, segundo a historiografia tradicional da cidade, faz referencia ao pai fundador e membro de uma das “famílias extensas”⁷⁶ da localidade exaltando o poder

⁷² Oliveira Paulino. Historia de Juiz de Fora. Pág. 118

⁷³ Oliveira Paulino. Historia de Juiz de Fora. Pág. 118

⁷⁴ referencia ao Patriaca dos Tostes no Imaginário local

⁷⁵ GENOVEZ, Patrícia Falco. As malhas do poder: uma análise da elite de Juiz de Fora na Segunda metade do século XIX. 1996 (Dissertação de Mestrado). UFF

⁷⁶ Termo utilizado por Patrícia Falco

patriarcal local; além da Rua Direita e a Rua do Comércio que são nomes dados devido a funcionalidade ou atividade econômica exercida nesses lugares.

Analisando o que está retratado nesses nomes, vemos referencia a religião católica, em um período em que o poder Imperial, além de constitucional é também justificado pela “Lei Divina”, temos outros nomes como: “Rua Imperador”, (“Estrada União e Indústria”, atual “Getúlio Vargas” essa rua ou avenida também se chamou “15 de Novembro com a república) a “Rua Imperatriz”, além do não citado na lista “Morro do Imperador” que é o maior morro que cerca o vale ao qual a cidade se desenvolve, todos símbolos exaltando o sistema político vigente no país. São todos nomes que nos mostram a necessidade de se referenciar as autoridades locais e nacionais, e as transformações ocorridas no país, num esforço de conquista de legitimidade, para que estas passem a fazer parte do imaginário popular, se convertendo em instrumentos de unificação nacional e de legitimação do poder dominante.

1.3. A influencia das ideias republicanas

A Câmara Municipal eleita para o período de 1887-1889 não fazia idéia das transformações as quais seria testemunha. É possível que não a tenha espantado a abolição da escravidão em 1888, mas a queda da monarquia e a conseqüente proclamação da República com certeza causaram-lhes surpresa. O termo de Proclamação da República Federativa Brasileira foi registrado na Ata da Câmara Municipal de Juiz de Fora, na sessão do dia 16 de novembro de 1889. Apesar de registrado no dia seguinte ao Golpe Republicano, cuja rapidez com qual a informação tenha chegado à cidade talvez se explique pela proximidade com a Capital do Império, o Rio de Janeiro, e a facilidade de acesso gerado pela estrada “União e Indústria” construída pelo Comendador Mariano Procópio e inaugurada em 1861 e pela Estrada de Ferro D. Pedro II inaugurada em 1871; a Proclamação com certeza surpreendeu a todos. O golpe articulado quatro dias antes resultou, segundo José de Murilo de Carvalho, em “um motim de soldados com o apoio de grupos políticos da capital”⁷⁷, não tendo uma articulação que envolvesse membros do movimento Republicano fora do eixo Rio-São Paulo e, portanto, é bem possível que ninguém na cidade fizesse idéia dos acontecimentos até a chegada da notícia. Como o historiador Oilliam José coloca em seu livro “A Propaganda

⁷⁷ CARVALHO, José Murilo. Os Bestializados. São Paulo. Cia. Das Letras, 1987.

Republicana em Minas”, apesar de, na Região da Zona da Mata Mineira, muitos proprietários de terras terem aderido ao movimento republicano, com a abolição da escravidão, os republicanos Mineiros não seriam capazes de tomar o poder sozinhos e, ao contrário dos Paulistas, não estavam a par dos planos de golpe no Rio. O Partido Republicano Mineiro acabava de ser fundado em 1888.

Sobre a influencia das idéias republicanas na cidade, Oilliam José diz que “tão logo se lançou o Manifesto de 1870, elevaram os republicanos da cidade sua voz de aplausos ao marcante documento”⁷⁸. Mas é ao longo da década de oitenta do oitocentos que crescem e se estruturaram as idéias republicanas na Mata Mineira. O clube republicano em Ouro-Preto⁷⁹ seria fundado em 20 de junho 1883, em sessão ordinária que contava com a presença, entre outros, de Constantino Paletta⁸⁰, que sugeriu a formulação de um Manifesto do Clube Republicano Mineiro dirigido à província de Minas, e ainda ficou deliberado em tal reunião que fosse noticiado as demais Províncias a fundação deste clube na capital mineira. Paletta ainda chegou a ser eleito presidente do Clube Republicano Mineiro, como consta na ata da sessão ordinária de 27 de setembro de 1883, com dezesseis votos dos vinte e um presentes⁸¹. Temos registrado nessas atas a participação de outros personagens locais, nas sessões deste ano de 1883, como Eloy de Andrade⁸², Antero José Lage Barbosa⁸³ e Antonio Carlos de Andrade.⁸⁴

Em Juiz de Fora, a influencia das idéias republicanas começam a tomar tendências no sentido de se construir um partido, como dito acima, na década de oitenta do séc. dezenove.

⁷⁸ Oilliam José. A propaganda republicana em Minas. Pág. 84

⁷⁹ Arquivo Publico mineiro, Fundo Arquivo Privado – João Pinheiro – Clube Republicano Mineiro (1883 – 1885)

⁸⁰ nasceu em 1863 e faleceu em 1938 era natural de Simão Pereira, filho do farmacêutico Felipe Luiz Paletta e Tereza Pedrassi Paletta; casado com Maria Berta Halfeld Paletta, paredão político, deputado federal na Assembléia Constituinte, republicano histórico, jornalista, tribuno forense, do Conselho de Amigos do Museu Mariano Procópio (“Salvo erro ou omissão” - Gente Juiz-forana: J. Procópio Filho). Berta Paleta, a mulher de Paleta, era filha de terceiro matrimonio de Henrique Guilherme Fernando Halfeld. Berta seria Tia de Pedro Nava que diz em seu livro Baú de Ossos que seu tio teria abandonado a política após a morte de João Pinheiro e Afonso Pena em 1908.

⁸¹ Arquivo Publico mineiro, Fundo Arquivo Privado – João Pinheiro – Clube Republicano Mineiro (1883 – 1885)

⁸² Arquivo Publico mineiro, Fundo Arquivo Privado – João Pinheiro – Clube Republicano Mineiro (1883 – 1885). Ata da sessão ordinária de 2 de agosto de 1883. Também pode aparecer como José Eloy dos Santos Andrade

⁸³ Nasceu em 1833 e faleceu em 1907 e segundo Albino Esteves e Paulino de Oliveira Antero foi vereador por três mandatos 1857/61, 1884/86 e 1891/92. Natural de Barbacena, casado com Mariana de Assis Pereira Barbosa; advogado; chegou a ser presidente da câmara municipal e Agente Executivo em 1865/1868; fazendeiro em Bertioga – MG. (no livro “Salvo erro ou omissão”- Gente Juiz-Forana: J. Procópio Filho. Integrante da Loja Fidelidade Mineira fundada em 1870.(dissertação de Giane de Souza Castro)

⁸⁴ Arquivo Publico mineiro, Fundo Arquivo Privado – João Pinheiro – Clube Republicano Mineiro (1883 – 1885). Ata da sessão ordinária de 30 de maio de 1884.

No ano de 1885, temos a candidatura de Constantino Palleta a deputado provincial, sobre a qual o próprio Palleta, no jornal da cidade, diz:

Como nas condições atuais – pretender vitória seria estulta utopia ou lata ignorância dos embaraços que a nova idéia antolham, como o fim que se tem em mira não é a efetiva representação popular e cifra-se apenas no simples intento de regimentar as opiniões esparsas, que por ai se esperdiçam e se adulteram a mingua de coesão, a consciência destas verdades desde logo demonstra que o partido nascente teve imperiosa necessidade de um nome que se prestasse ao sacrifício de servir de objetivo a atualmente exígua votação republicana.

Por força da necessidade e bem do partido, portanto, corre-me o dever de não fugir ao ônus que se me impõe.

Vai portanto as urnas o meu nome jamais a minha pretensão.⁸⁵

Assinada por Paletta, como nas suas palavras, “precisamos regimentar as opiniões esparsas”. E é com esse intuito que nesse mesmo ano, no dia 13 de dezembro de 1885, que se organiza um congresso republicano no Hotel Rio de Janeiro⁸⁶, que ficava no centro da cidade de Juiz de Fora. Nesse congresso foi eleito o seguinte diretório: presidente, Dr. José Caetano de Moraes e Castro⁸⁷; 1º vice-presidente, Dr. Constantino Paletta; 2º vice-presidente, dr. João D’Avilla⁸⁸; 1º secretario Francisco Rodrigues d’Almeida Novaes; 2º secretario, Claudiano Lopes⁸⁹; tesoureiro, Gustavo Pereira da Cruz; procurador, Augusto C. Alvez Penna; consultores:

⁸⁵ O Pharol, de 24 de novembro de 1885

⁸⁶ CJF dia 15 de dezembro de 1885 – Congresso republicano – numero 14

⁸⁷ nasceu em 1827 e faleceu em 1903, natural de Mariana, filho de Francisco de Paula Moraes e Francisca de Moraes e Castro, advogado, vereador nos quadriênios 1860/64 e 1873/76, tribuno forense e popular. No livro “Salvo Erro ou Omissão” Gente Juiz-Forana de José Procópio Teixeira. No álbum de Juiz de Fora de Albino Esteve: participação na Maçonaria, republicano histórico, um dos subscritores do manifesto de 1870.

⁸⁸ vereador suplente no quadriênio 1887 - 1890. Nasceu em 1857 e faleceu em 1947 é natural de Rosário do Caeté, casado com Alice d’Avilla, medico da Estrada de Ferro Pedro II, vereador de 1887/89 presidente da Câmara e Agente Executivo de 1902/04, cafeicultor da “Aracaju”, no distrito da cidade. No livro “Salvo Erro ou Omissão” - Gente Juiz-Forana: José Procópio Teixeira

⁸⁹ vereador suplente no quadriênio 1887 – 1890

dr João D’Avilla, dr. Constantino Paletta, dr. Antero Dutra de Moraes⁹⁰, dr. Frâncico José Henriques, dr. Emílio⁹¹ Augusto Pereira Guedes, dr. José de Cerqueira Coelho, Azarias José d’Andrade⁹², Francisco José Henriques, Francisco Albino da Costa Freitas Junior, Antonio Mendes Barreto⁹³, Joaquim d’Almeida Queiroz, José Maria de Carvalho Junior e Julio Cezar Pinto Coelho.

Abertos trabalhos, foi dada a palavra a Constantino Paletta, que explicou a todos que o motivo de se encontrarem ali reunidos era deliberarem sobre medidas pertinentes a consolidação do partido, as quais foram largamente discutidas, sendo resolvido por unanimidade dos votos:

1 – que o candidato à assembléia provincial que mereceu espontâneo sufrágio do partido republicano – se apresentara em segundo escrutino, 2 – que o partido não apresentaria candidato a assembléia geral, ficando ao republicano a liberdade de seu voto, 3 – que fosse eleito um diretório definitivo, 4 – que igualmente se elegeisse uma comissão que redigisse os estatutos, 5 – que, constituído o diretório, por ele fossem nomeadas comissões de 3 membros – em cada freguesia – afim de ai desenvolverem o partido, 6 – finalmente, que se comunicasse aos centros republicanos a existência deste congresso⁹⁴.

Foram tomadas medidas para expandir os ideais do partido ao qual se pretendia fundar. A candidatura de Paleta serviria de palanque, pois através das declarações de votos e dos pedidos de apoio publicados nos jornais locais, movimentaram-se as coisas na cidade. No dia 2 de dezembro de 1885, temos um artigo feito pelo Diretório do Congresso Republicano convocando os republicanos locais a votarem em Paleta. Assinam esse artigo: José Caetano Moraes e Castro, presidente do Diretório, Dr. João D’Avilla, Julio Cezar Pinto Coelho, Dr.

⁹⁰ Era medico.

⁹¹ Era medico

⁹² nascido em 1835 e faleceu em 1892, filho de Francisco Inácio Botelho e Maria Esmene de Andrade Botelho, casado com Maria da Conceição Monteiro da Silva, cafeicultor da “Santa Helena” em Mathias Barbosa; delegado de policia em 1891; no dia da Proclamação da Republica foi aclamado pelo povo. No livro “Salvo Erro ou Omissão”- Gente Juiz-Forana de José Procópio Teixeira. Vice-presidente do Clube Juiz de Fora(Efemérides de Paulino de Oliveira).

⁹³ foi vereador no anos de 1884/86. Inventario 1897 – 208B – Inventariado: Leopoldo Barreto de Faria (neto e tutelado de Antonio Mendes Barreto)

⁹⁴ CJF dia 15 de dezembro de 1885 – Congresso republicano – numero 14

Ernesto de Andrade (vereador no quadriênio de 1887 – 1890), Dr. José Cerqueira Pinto Coelho, Dr. Emilio Augusto Pereira Guedes, Francesco José Henriques, José Maria de Carvalho, Francisco Albino da Costa Freitas Jr, Azarias José de Andrade, Antonio Mendes Barreto, Joaquim d’Almeida Queiroz e Dr. Henrique Cezar de Souza Vaz⁹⁵.

Na tarefa de divulgação das idéias republicanas, os jornais tinham um papel muito importante como único meio de comunicação existente na cidade nesse contexto, que fazia as idéias circularem, e segundo Oilliam José, em 1887, cabia ao jornal *A Propaganda*⁹⁶ a tarefa a qual “esse se revelava eficiente a ponto de conseguir eleger vereadores a Câmara Municipal.”⁹⁷. Também foi através dos jornais que tomei conhecimento da formação de uma chapa republicana para disputar as eleições de 1886 para a câmara municipal de Juiz de Fora. Chapa esta que tinha como membros “Constantino Paletta, advogado; Francisco Ferreira de Assis Fonseca, fazendeiro; Ernesto de Andrade Braga, Medico; Azarias José de Andrade, Fazendeiro; João D’Avilla, Medico; Claudiano Lopez, Solicitador; José Cerqueira Coelho, Engenheiro; Francisco Rodrigues de Almeida Novaes, Solicitador; José Caetano de Moraes e Castro, Advogado.”⁹⁸. Cabe ressaltar que o nome de Eloy de Andrade eleito para esse quadriênio não está nesse artigo de jornal, apesar de ser um republicano declarado. Nesse ano de 1886, ainda temos a publicação da “Declaração política dos republicanos do décimo distrito eleitoral mineiro”⁹⁹, a qual conta com 62 assinaturas e, nos números seguintes do *Pharol*, continuam aparecendo ainda mais assinaturas.

Oilliam José ainda nos relata sobre a passagem de Silva Jardim pela cidade em sua movimentada viagem pelo interior mineiro, em campanha para de divulgação das idéias republicanas. Segundo o autor, Silva Jardim teria chegado na cidade em 21 de julho de 1888,

... logo entrando em contato com o núcleo republicano e seus dirigentes Dr. Constantino Paleta, advogado João Severiano da Fonseca Hermes, ex-deputado João Nogueira Penido¹⁰⁰ e Luiz Arthur

⁹⁵ Henrique Vaz faleceu em 1905, era medico e autor de vários artigos no jornais locais a favor da republica. José Procópio Filho em seu livro “Salvo Erro ou omissão”- Gene de Juiz-forana, fala que ele era musico, jornalista da “Minas Livre” em 1891, deputado federal, no posto de coronel comandou a Guarda-Nacional em 1893, fazendeiro em São João Nepomuceno.

⁹⁶ Jornal local que tinha como Redator-chefe Fonseca Hermes.

⁹⁷ Oilliam José. A propaganda republicana em minas. Pág. 85

⁹⁸ Pharol - 14/05/1886 - Chapas Republicanas - N5

⁹⁹ Pharol - 25/05/1886 Declaração política dos republicanos do 10º distrito eleitoral mineiro - N5

¹⁰⁰ nascido em 1822 e morreu em 1901, natural de Paraopeba, folho Antonio Nogueira Penido e Francisca Simões de Araújo Nogueira Penido, casado com Maria Cândida Lima Duarte Penido, medico pioneiro da cidade, presidente da câmara e Agente Executivo, deputado Federal em varias legislaturas,

Detzi¹⁰¹. A essa altura formavam a maioria desse grupo republicano grandes e pequenos proprietários rurais descontentes com a Monarquia, que acabava de dar inteira liberdade a raça negra.¹⁰²

No *Pharol* do dia 14 de janeiro de 1886, temos a publicação de um artigo intitulado “Ao Partido Liberal – Décimo Distrito”, tendo como assinatura: “um republicano”. Este diz:

Liberais do Décimo Distrito, lembrai-vos de que as eleições de 15 de janeiro, é uma questão de honra, de vida ou de morte para vosso partido! Fazei abstração dos respectivos candidatos, e deixais só acampo - em frente um do outro - , os dois partidos, e assim melhor compreendereis os vossos interesses¹⁰³

...

A eleição estava dividida entre Francisco Bernardino, um Conservador; e João Penido, um Liberal, e por se tratar de um artigo assinado por “um republicano”, este estaria fazendo campanha para o candidato liberal. O manifesto de Diamantina, de 1879, que chamava os republicanos a se afastarem dos Partidos Monarquistas, Liberal e Conservador, e construir o Partido Republicano seria pioneiro, proposta esta expressa naquele documento que só viria a se tornar realidade em novembro de 1888. Olliam José diz que “nesse espaço de tempo os republicanos mineiros preferiram infiltrar-se nos partidos Liberais e Conservador e, a sombra da vitalidade dos mesmos, golpear as instituições monárquicas”.¹⁰⁴ A convocação publicada no jornal exposto acima exemplifica essa proximidade entre liberais e republicanos. Como

terceiro vice-presidente do Estado de Minas Gerais em 1878, autor da lei que proibiu o açoite, fundador e presidente da Sociedade de Medicina e Cirurgia de Juiz de Fora (“Salvo Erro ou Omissão”-Gente Juiz-Forana livro de José Procópio Filho) Albino Esteves no Álbum de Juiz de Fora de 1915 nos da informação que ele ainda teria sido vereador de 1881/84. e segundo Paulino e Oliveira vereador também em 1869/72.

¹⁰¹ nascido em 1863 e faleceu em 1898, natural do Espírito Santo, casado com Isabel Nunes Lima Detsi, advogado e professor na Academia de Comércio, deputado federal, é titular de rua (“Salvo erro ou omissão” - Gente Juiz-forana: J. Procópio Filho). Filho de João Detsi e Dona Maria Ana Detsi, professor e diretor do Colégio São Salvador em JF, em 1892 assumiu a Intendência do Município, jornalista, bacharel em Direito, membro do Instituto Jurídico Mineiro, em 1892 foi nomeado Secretário do Ministério Interior (“Pequena Enciclopédia da Cidade de Juiz de Fora: Gente, Fatos e Coisas” - Walter Fonseca)

¹⁰² Olliam José a propaganda republicana em Minas. Pág 85

¹⁰³ O *Pharol* de 14 de janeiro de 1886

¹⁰⁴ Olliam José no livro “A Propaganda Republicana em Minas” pagina 34.

podemos observar, um espaço de socialização em comum que estes tinham era a loja Maçônica Fidelidade Mineira, espaço de socialização de ideias por parte das elites locais.

Esta loja tinha como membros fundadores Henrique Guilherme Fernando Halfeld e Mariano Procópio Ferreira Lage. Além destes, teriam outros membros influentes das elites juiz-foranas presentes no livro de matrículas da loja. Dos personagens citados nesse trabalho, temos Bernardo Mariano Halfeld, José Caetano de Moraes e Castro, Antero José Lage Barbosa e Agostinho Correa.

Um bom exemplo disso é a festa de Inauguração da Companhia Mineira de Eletricidade, organizada com um grande desfile pela cidade, com a chegada na loja Maçônica. Nem será preciso detalhar sobre os presentes, por que pensando em tudo que foi descrito até aqui e se tratando de uma companhia com tantos sócios influentes, onde a maçonaria representava um espaço de vivência na cidade, tendo como um de seus fundadores, dentre outros, Henrique Halfeld, o pai fundador da cidade, como sugere a historiografia tradicional; e por Mariano Procópio Ferreira Lage, o cidadão que tentou fundar outra localidade, se faz oportuno dizer aqui que, na festa de inauguração da Companhia União Indústria, em 1861, com presença da Família Real, nenhum “notável” local foi convidado, somente Henrique Halfeld. O desfile passou pela rua D. Pedro II, Rua Halfeld, na época, Rua Califórnia, e rua Direita até a loja maçônica, todas devidamente enfeitadas. Giane chama atenção para a presença de padres na solenidade, e para o contraste da loja toda iluminada de um lado com a Igreja Matriz vazia do outro, ambas na rua Direita. Outra informação importante, o Imperador não teria sido convidado, fato que pode demonstrar a influência de ideias republicanas dentro da loja.

Com certeza a Inauguração da luz elétrica, em 1889, foi um grande evento, até mesmo pelo show que deve ter sido para as mentes da época a rua toda iluminada durante a noite. Também foi um acontecimento que pode ser visto como um marco na história do desenvolvimento, levando a cidade num período posterior para um contexto de desenvolvimento industrial. O grande empecilho aos investimentos nesse setor, sendo o fornecimento energia para alimentar as máquinas movidas a eletricidade, da indústria têxtil, por exemplo, setor industrial que Bernardo Mascarenhas tinha investimentos. Movido esse obstáculo, e com a produção cafeeira gerando grandes lucros, temos um contexto propício para o desenvolvimento da localidade.

Além da Loja Maçônica, temos outro espaço de vivência das elites locais que são as Irmandades. A primeira Irmandade da cidade é a Nosso Senhor dos Passos, fundada pelo Barão

da Bertioga. Segundo Giane de Souza Guedes, ao participarem de Irmandades, os brasileiros buscavam a garantia de assistência em vida e, principalmente, no momento de sua morte¹⁰⁵. A essas se associavam membros das elites locais também para buscarem garantir seus interesses. Nesse sentido é revelador a primeira irmandade ter o nome do bairro da região de sentido sul como expresso por Nava¹⁰⁶. “A Irmandade Nosso Senhor dos Passos e a do Santíssimo Sacramento ligavam-se predominantemente as elites, enquanto a do Rosário¹⁰⁷ ligava-se a população de escravos e seus descendentes e a do Santo Antonio possuía uma devoção eclética”¹⁰⁸. Essas se constituam em mais um espaço de vivência dessas elites, onde elas se socializavam até mesmos com indivíduos não católicos e de outros setores sociais. Guedes fala em sua Dissertação que “por volta do ano de 1855, essas irmandades passaram por momentos de crise graças a um maior controle por parte das autoridades sobre seu funcionamento, fruto das investidas dos Bispos reformadores”,¹⁰⁹ por medo da influência maçônica.

Ainda temos na cidade a organização do Congresso Federal Republicano, em 24 de julho de 1889, a qual Galone mostra a presença do republicano Quintino Bocaiúva, redator chefe de *O País*, para presidir as reuniões. Além destes, o Diário de Minas registrou a presença de: Rangel Pestana, redator chefe da Província de São Paulo; Campo Salles e Francisco Gligercio, José Rangel e João Pinheiro, presidente do diretório provincial; Fonseca Hermes representava (*O Pharol*), Lindolfo (*O País*), Souza Lima (*Diário de Minas*), Heitor Guimarães e Campos Porto (*Gazeta da Tarde*), “e muitos outros republicanos e alguns Liberais e Conservadores estiveram presentes”.¹¹⁰ Dos vereadores do quadriênio de 1887 – 1890, temos presentes Capitão Pedro Henriques, Fonseca Hermes, Eloy de Andrade.

Nesse pequeno trecho não pretendi dar conta de toda a história e/ou organização das idéias republicanas na cidade, apenas me atentei para o assunto no sentido de contextualizar o momento político vivido pelos vereadores da Câmara Municipal de juiz de Fora, no período de 1887 a 1890. E procurei, dentro do possível, ressaltar os personagens, as suas origens e as idéias as quais suas atitudes e interesses podem os atrelar. Como vimos anteriormente, Juiz e

¹⁰⁵ Dissertação de mestrado pelo programa de pós-graduação em Ciência da religião da Universidade Federal de juiz de Fora Instituto de Ciências Humanas. Intitulada A cruz e o Compasso:O Conflito entre Igreja Católica e a maçonaria no Contexto da Reforma Católica Ultramontana em Juiz de Fora. Pagina 49

¹⁰⁶ Baú de Ossos

¹⁰⁷ esta fundada em 1888.

¹⁰⁸ Dissertação de mestrado pelo programa de pós-graduação em Ciência da religião da Universidade Federal de juiz de Fora Instituto de Ciências Humanas. Intitulada A cruz e o Compasso:O Conflito entre Igreja Católica e a maçonaria no Contexto da Reforma Católica Ultramontana em Juiz de Fora. Pagina 46

¹⁰⁹ Giane Guedes pagina 49

¹¹⁰ Diário de Minas, 18 de julho de 1889.

Fora, nesse contexto, passa por um processo de desenvolvimento urbano e industrial impulsionado pelos recursos gerados pela cafeicultura e as elites detentoras do capital econômico, que começam a diversificar seus investimentos. Como podemos ver, com o auxílio das notas de roda pé, a influência das idéias republicanas está longe de estar restrita aos profissionais liberais. Em Juiz de Fora, temos republicanos declarados que são cafeicultores¹¹¹, proprietários de escravos, investidor da companhia Mineira de Eletricidade, do Banco Crédito real. Abarcam nas suas redes de interesses, sejam eles econômicos ou familiares, tanto o campo como a cidade. Na leitura do próximo capítulo tenhamos em mente que mundo político esse contexto é muito mais complexo do que a tradicional divisão entre Conservadores e Liberais pode nos revelar.

¹¹¹ Mesmo antes da abolição

CAPITULO II

Esta parte do trabalho, como explicito na introdução, é responsável por nos mostrar a postura dos vereadores diante de outras circunstâncias, para verificarmos de que maneira estes sujeitos históricos se aliam e se agrupam, com intuito de verificar qual a relação destas atitudes com suas relações sociais, familiares e com o contexto político vivido por eles.

2.1. Ataques ao poder centralizado

Uma das principais críticas dos republicanos contra monarquistas era quanto à centralidade do poder, os primeiros defendiam a federação. Nesse sentido, verifiquei algumas oportunidades que ocorrem entre os vereadores e a província, levando-os a atacar até o próprio Império na discussão, dividindo-os entre monarquistas, que defendiam o regime, e republicanos, que o atacam, a grosso modo.

Proposto pelo vereador Fonseca Hermes na sessão do dia 3 de setembro de 1888, o voto de censura à câmara transacta (1884 – 1886) pelo motivo, segundo o próprio vereador, “aquela ter onerado os cofres públicos com os gastos da exposição industrial ocorrida no município no ano de 1886.”¹¹². O veto ao voto de censura a transacta feito pelo poder Provincial, como consta do ofício registrado na sessão ordinária de 27 de novembro de 1888, é uma atitude de intervenção da instância provincial na municipal. Falando sobre o veto provincial, Fonseca Hermes “disse que por mais liberais que sejam os governos e brilhantes os seus programas, ele vereador nota que as câmaras vão perdendo de importância em vista da centralização que os mesmos chamam a se”¹¹³. Ele critica a centralidade do poder sob o regime Imperial, o principal ponto de discordância dos republicanos contra a monarquia. Nessa sessão de 27 de novembro, ele propõe ainda que “acatando a portaria da presidência, por partir de autoridades competentes e superiores, aprova-a com a seguinte moção”:

¹¹² Livro de Atas sessão ordinária de 3 de setembro de 1888

¹¹³ Livro de Atas sessão ordinária de 27 de novembro de 1888

A câmara reconhecendo que o Presidente da Província está na órbita da lei mandando tornar insubsistente o veto de censura por ela proferida contra a transacta, sendo também representante da autoridade, obedece à ordem emanada da ordem superior, esta de que inserindo na ata o veto que proveio o recurso, cumpriu o dever de consciência bem como salvaguardar o respeito no principio autoritário acatando suas deliberações.

Moção aprovada por unanimidade pelos vereadores presentes¹¹⁴, exceto pelo ver. Joaquim Idelfonso Monteiro de Barros, que manda a mesa a seguinte declaração de voto: “declaro que não assignei a moção do Sr. Hermes, por não estar presente na ocasião em que foi votada a censura aos ex-vereadores, e que se estivesse presente, votaria contra, não só por ser injusta, como por entender que a câmara não tem competência para isso”¹¹⁵. Cabe ressaltar que, na sessão de três de Nov., encontravam-se presentes os vereadores: Ernesto Braga, Cap. Pedro Henriques, Fonseca Hermes, Mariano Halfeld, sob a presidência do Barão do Retiro. Sessão esta em que foi aprovado sem qualquer discordância dos presentes o “voto de censura” à câmara transacta.¹¹⁶

Na sessão extraordinária de 23 de Abril de 1889, sob a presidência de Geraldo Augusto Rezende (Barão do Retiro), achando-se presentes Antônio Teixeira de Carvalho, Ernesto de Andrade Braga, Eloy de Andrade e Fonseca Hermes, temos outro caso de rebeldia contra o poder da província. Em seis de março do mesmo ano, a província havia enviado um officio a câmara em resposta a um desta, datada de 23 de Fevereiro, no qual diz que a “linguagem foi estranhada pelo exmo. Presidente”¹¹⁷. Não fica claro nas atas do que se tratava, mas o que chama a atenção aqui é a atitude e a fala de Eloy de Andrade. Este apresenta a seguinte proposta: “sendo as atas da câmara municipal paginas da historia dos municípios, proponho que se declare na de hoje”¹¹⁸.

¹¹⁴ A. Teixeira de Carvalho, Barão do Retiro, Eloy de Andrade, Ernesto de Andrade, Joaquim Idelfonso, Mariano Halfeld e Fonse Hermes

¹¹⁵ Livro de Atas sessão ordinária de 27 de novembro de 1888

¹¹⁶ Segundo Paulino de Oliveira eram vereadores na câmara transacta Marcelino de Brito Pereira Andrade, João Batista de Castro, João Batista de Souza Roussin, Dr. Agostinho Correa, Francisco Bernardino Rodrigues Silva, Alferes Manoel José Pereira da Silva, Cel. José Capistrano Barbosa, Quintiliano Nery Ribeiro, Antero José Lage.

¹¹⁷ Livro de Atas sessão extraordinária de 23 de Abril de 1889

¹¹⁸ Livro de Atas sessão extraordinária de 23 de Abril de 1889

A câmara municipal da cidade de Juiz de Fora surpreendeu o ofício da Presidência da Província datado de 6 de Março passado, e resolve não responder. Recordando-se da diferença que vai entre a representação municipal ultima guarda da liberdade publica, e o delegado de um poder decaído da estima publica. Sala das sessões, 23 de Abril de 1889. snr. Eloy de Andrade.¹¹⁹

Fica claro na fala do vereador o ataque ao regime imperial que, nesse contexto, vinha passando por uma crise devido à abolição da escravidão. Outro fato que chama a atenção é que essa proposta só sofreu um voto contrario, de Matheus Herculano, que havia chegado atrasado e se juntado aos trabalhos como consta em ata. Dos presentes, nem Antonio Teixeira de Carvalho, nem o Barão do Retiro se pronunciaram.

Como regra, as atas são lidas e aprovadas em sessões posteriores, e na sessão seguinte no dia 6 de Maio de 1889, ao ser colocada em discussão a ata da sessão anterior, Bernardo Halfeld pede que se insira a seguinte declaração:

... que tendo ele vereador de assignar a ata de 23 de Abril em que foi aprovada uma indicação do snr. Vereador Eloy de Andrade com referencia ao ofício do Exmo. Presidência da Província de 6 de Março deste ano, pedia que fosse inserida na ata de hoje a declaração de que ele vereador não concordava com a redação da referida indicação por ser ofensiva a primeira autoridade da província, a quem se acham subordinados as câmaras municipais devendo ser por estas acatadas as ordens delas emanadas, e que se estivesse presente a sessão de 23 de Abril findo votaria contra a indicação do snr. Eloy de Andrade.¹²⁰

Bernardo Halfeld não estava presente na sessão, como ele mesmo diz, mas o Barão do Retiro se encontrava presente, e nessa sessão, talvez seguindo o exemplo de seu sobrinho Halfeld, faz a inserção da seguinte declaração:

¹¹⁹ Livro de atas sessão extraordinária de 23 de Abril de 1889

¹²⁰ Livro de Atas sessão ordinária de 6 de Maio de 1889

O Exmo. Snr. Barão do Retiro declarou que não estando claramente definido na ata o alcance do voto que deu a uma parte da indicação do snr. Eloy de Andrade, e parecendo que com seu voto aprovara as considerações incluídas na mesma indicação e que nunca em seu pensamento, declara que votou em que fosse simplesmente arquivado o ofício da Exmo. Presidência de Minas datado de 06 de Março de 1889, por não haver nada se resolver sobre o assunto de que se tratava, mas de que seu voto não compreendia, nem compreende aprovação das lisuras que a mesma indicação invoca aos poderes constituídos, com os quais não consinta, e contra os quais teria votado se aparecesse como indicação o requerimento, e não como simples consideração ou exposição.¹²¹

Procurro aqui reproduzir as falas na integra, por se tratar de atitudes e discursos bastante reveladores para a compreensão das orientações políticas e ideológicas desses agentes históricos. E sabendo das filiações partidárias desses veladores também podemos tirar algumas conclusões sobre a organização e a influencia destes. Temos como explicito acima nos casos de afronta ao regime, uma divisão no interior da câmara entre republicanos e monarquistas, com algumas variações durante o período. O grupo republicano, formado por Ernesto de Andrade, Eloy de Andrade e Fonseca Hermas; monarquistas, por Antonio Teixeira de Carvalho, Joaquim Idelfonso Monteiro de Barros, Matheus Herculano Monteiro da Silva. Esses dois últimos são primos e sempre votam juntos. Ainda temos desse lado, os vereadores Bernardo Mariano Halfeld, Barão do Retiro e o Capitão Pedro Henriques. Este ultimo, principalmente no período posterior a 13 de maio de 1888, se junta ao bloco republicano nas votações no interior da câmara. Mas como podemos ver em Oilliam José, na Revista Brasileira de Estudos Políticos, ao analisar o movimento republicano em minas, nos diz:

... que as idéias republicanas alcançaram o interior mineiro e se tornaram vitoriosas, menos pela força persuasiva que as acompanhavam que pela desunião e transigência suicidas dos dois partidos monarquistas: o Liberal e o Conservador.¹²²

¹²¹ Livro de Atas sessão de 06 de Maio de 1889

¹²² Oilliam José. A propaganda Republicana em Minas Gerais. P.62

A idéia que faço até aqui, dos casos estudados, é que as divisões entre os vereadores no interior da câmara municipal não sofrem somente influencia de suas filiações partidárias, eles também são influenciados pelas mudanças conjunturais, por suas relações familiares e de amizade. A organização partidária talvez pudesse exercer maior influencia sobre os republicanos, por muitos deles serem maçons. Mas no caso dos monarquistas, como o próprio Oilliam José diz, não tinham unidade partidária, eram os interesses particulares e a defesa da tradição que os uniam. Na verdade, a tarefa de atribuir um fator, um local, ou organização que determinavam essas relações é impossível, pelo motivo desses indivíduos se sociabilizarem em diversos espaços, como na Sociedade de Medicina e Siderurgia de Juiz de Fora, nas empresas nascentes nesse período, na própria câmara, na Loja Fidelidade Mineira, no clube republicano, na Igreja, nas Irmandades, na Praça Publica e nas Universidades.

2.2. Disputas por fiscais

As disputas por nomeações de Agentes Fiscais formam outro momento em que acontecem divisões e rachas entre os membros da câmara municipal. Naquele contexto também existiam cargos públicos aonde os empregados eram contratados por indicação sujeita a aprovação da câmara. Eles são usados para fazer barganha e defender interesses políticos. Na Câmara Municipal no séc. XIX, lendo o seu livro de atas, verifiquei alguns conflitos por essas nomeações; outras sem conflito. Foquei minha seleção dos casos naqueles que expressam algum conflito ou discordância entre os vereadores, para que neles possamos identificar de que maneira esses indivíduos se posicionam e se alinham por demandas locais, ou seja, casos em que não é a integridade da instancia de poder superior que está em questão. Também visto de outro ângulo, casos que o que está em disputa é a hegemonia local.

O quadriênio começa agitado nesse sentido, na sessão de 8 de Janeiro de 1887¹²³. O capitão Pedro Henriques faz a seguinte indicação: “Que continuasse a servir o emprego de

¹²³ Achando-se presentes: Barão do Retiro (Geraldo Augusto Resende), Mariano Halfeld, Joaquim Idelfonso, A. Teixeira de Carvalho, Matheus Herculano, Pedro Henriques, Eloy de Andrade, Ernesto Braga e Joaquim Jaguaribe.

procurador da câmara o cidadão Vitorino da Silva Braga.”¹²⁴ Posta em discussão, Matheus Herculano requer o adiamento da indicação para a sessão do dia seguinte. Consultada a câmara sobre o adiamento requerido, “foi o mesmo rejeitado pelo voto de qualidades.”¹²⁵ Continuando a discussão da indicação, e posta a votos, foi aprovada, contra os votos dos senhores vereadores Matheus Herculano e Joaquim Idelfonso. Nessa sessão, Matheus Herculano indica a nomeação de Agente Fiscal do primeiro Distrito, o cidadão Antonio José Ferreira Bretãs, administrador do Matadouro e Praça do Mercado, Eusébio Fortes. Ele ainda indica um Porteiro para a câmara municipal e um alinhador, José Antonio Alves, chegando até propor que não se nomeasse ninguém para um cargo¹²⁶. Estando presentes todos os vereadores, menos Eloy de Andrade, estas indicações foram todas aprovadas contra os votos de Bernardo Mariano Halfeld, Capitão Pedro Henriques e Ernesto de Andrade, com a seguinte declaração de voto: “que votação por demissão de empregado algum, e sim pela continuação dos atuais”¹²⁷. Se estes votaram contra, sobram a favor os vereadores Matheus Herculano, Joaquim Idelfonso, A. Teixeira, Geraldo Augusto Resende e Joaquim Nogueira Jaguaribe.

Nessa mesma sessão, Joaquim Idelfonso indica como Agente Fiscal da Freguesia de São José do Rio Preto Urias de Souza; A. Teixeira indica o Agente Fiscal do Distrito de Chapéu D’Uvas; Geraldo Augusto Resende, o Agente Fiscal de São Sebastião da Chácara e Mariano Halfeld, o Caminhoneiro da câmara. Todas as indicações sem discordância dos presentes.

Na sessão de 10 de janeiro, continuaram as nomeações. Mariano Halfeld nomeia o Agente Fiscal de Simão Pereira, sem maiores polemicas. Matheus Herculano indica que seja nomeado inspetor das obras de abastecimento de água potável e administrador do Jardim Municipal o senhor José Luis Nogueira.¹²⁸ Posta a votos, foi à mesma aprovada contra os votos de Mariano Halfeld, Capitão Pedro Henriques e Ernesto Braga. Nessa sessão, Joaquim Idelfonso ainda faz a seguinte indicação: “... que o presidente da câmara fique autorizado a providencias acerca da colocação de retrato do **Barão de Juiz de Fora**¹²⁹, para escolhendo o lugar, e fazer as despesas que forem necessária = Aprovada”.¹³⁰

Este sempre que tem oportunidade, reafirma seu compromisso com o conservadorismo, seja defendendo o nome da *Rua Imperatriz*, felicitando o Barão de Cotegipe,

¹²⁴ Livro de Atas sessão ordinária de 8 de janeiro de 1887

¹²⁵ Livro de Atas sessão ordinária de 8 de janeiro de 1887

¹²⁶ o nome do cargo estava ilegível no livro de atas.

¹²⁷ Livro de Atas sessão ordinária de 8 de janeiro de 1887

¹²⁸ Livro de Atas sessão ordinária de 10 de janeiro de 1887.

¹²⁹ José Resende Ribeiro

¹³⁰ Livro de Atas sessão ordinária de 10 de janeiro de 1887.

saudando a saúde do Imperador, ele o faz. Assim, Patrícia Falco parece ter razão quando fala da Filiação de Joaquim Idelfonso com o Partido Conservador.

Uma polemica nessa mesma sessão foi em torno da proposta de Joaquim Idelfonso. Mesmo não sendo esta uma proposta de indicação de fiscais ou cargos da administração publica, darei atenção a ela por se tratar de discordância entre os vereadores, como vemos a seguir:

Que entenda que seja a divida que naturalmente costuma passar de um para outro quadriênio, sejam imediatamente distribuídos em dois terços, pelas paróquias e distritos, as rendas que nos mesmos forem arrecadadas, para terem aplicação especial nas obras de beneficio publico de que as mesmas paróquias e distritos, contribuintes necessitarem para cômodo e utilidades publicas. Sala das sessões 10 de janeiro de 1887 Joaquim Idelfonso.¹³¹

A proposta posta em discussão encontrou resistência na pessoa de Mariano Halfeld, pedindo seu adiamento para a próxima sessão. Ela só voltou a ser discutida duas sessões depois, no dia 13 de janeiro de 1887¹³², sendo aprovada com seguinte emenda de Joaquim Jaguaribe: “desde que os dois terços do proposto não sejam consumidos pelas necessidades dos distritos, sejam revertido em favor da cidade, os excedentes.” = João Nogueira Jaguaribe¹³³;

Tendo votado contra os vereadores Ernesto de Andrade Braga, Mariano Halfeld e Capitão Pedro Henriques. Como vimos, o inicio do quadriênio foi bem agitado. Desde o inicio, parecem concordar o vereador Mariano Halfeld e o Ernesto Braga, sendo os dois, segundo Patrícia Falco, membros do Partido Liberal, e o Capitão Pedro Henriques um Conservador¹³⁴, conjuntamente com eles no que tange os interesses locais. Mas se tomarmos como parâmetro

¹³¹ Livro de Atas sessão ordinária de 10 de janeiro de 1887.

¹³² Livro de Atas sessão ordinária de 13 de janeiro de 1887, achando-se presetes Barão do Retiro, Mariano Halfeld, Joaquim Idelfonso, A. Teixeira de Carvalho, Matheus Herculano, Capitão Pedro Henriques, Eloy de Andrade, Ernesto Braga e Joaquim Nogueira Jaguaribe.

¹³³ Livro de Atas sessão ordinária de 13 de janeiro de 1887

¹³⁴ Patrícia Falco.

a divisão em torno da polemica da *rua Tiradentes* e dos ataques ao poder central, notamos uma diferença na formação desses grupos, que são justamente Mariano Halfeld e Pedro Henriques.

No final da sessão de 31 de março de 1888¹³⁵, o vereador Matheus Herculano solicita a prorrogação da sessão. Proposta aprovada contra os votos dos vereadores Tem. Cel. Bernardo Mariano Halfeld, Ernesto de Andrade Braga e Capitão Pedro Henriques. Achando-se presentes¹³⁶ todos os veladores de menos Eloy de Andrade:

Então o snr Matheus Herculano, convencido, fez sentir que estando a câmara já informar sobre infarto passamento do prestante cidadão José Luiz Nogueira que ocupara o cargo de procurador; e diante das eminentes qualidades que oneram a pessoa do finado a qual durante a vida deu exuberantes provas de seu civismo já como particular já como Delegado de Policia, cujo cargo exerceu com máxima ecempção, requeria que a resignasse na presente ata, um voto de pezar por tal lúgubre acontecimento.¹³⁷

Após o fim da discussão, foi o requerimento aprovado unanimemente e o mesmo vereador propôs a seguinte indicação:

Que seja nomeado Procurador da Câmara, vago pelo infarto passamento do cidadão José Luiz Nogueira o cidadão Francisco Garcia Monteiro Bretãs, ficando o snr secretario exercendo interesse interinamente ate que o nomeado seja empossado. Março de 1888. Matheus Herculano Monteiro da Silva.¹³⁸

Posta em discussão ...

¹³⁵ Livro de Atas sessão ordinária de 31 de março de 1888, achando-se presentes: A. Teixeira de Carvalho, Barão do Retiro, Capitão Pedro Henriques, Ernesto Braga, Matheus Herculano, Joaquim Idelfonso, Mariano Halfeld e Jaguaribe

¹³⁶ estando presentes os seguintes vereadores: Mariano Halfeld, Barão do Retiro, Ernesto de Andrade Braga, Jaguaribe, Joaquim Idelfonso, Matheus Herculano, A. Teixeira e Pedro Henriques.

¹³⁷ Livro de atas 31 de março de 1888

¹³⁸ Livro de atas 31 de março de 1888

o snr Ernesto Braga, observa tendo o snr vereador acabado de com muita justiça de encarecer os serviços do finado, cujas qualidades recomendastes, e não provenhas, admirar-se de que o mesmo snr vereador venha apresentar extemporaneamente a indicação em discussão, quando o cadáver de morte ainda se acha insepulto.

Posta a votos, o capitão Pedro Henriques tenta adia-la para a próxima sessão, no mês de abril. Proposta rejeitada pela câmara com votos a favor de Ernesto Braga, Mariano Halfeld e do próprio Pedro Henriques. Quanto à nomeação, foi à mesma aprovada contra os votos dos mesmos vereadores, que declararam “que não faziam questão da pessoa indicada para Procurador, mais como por julgarem a ocasião importuna pelo que está exposto acima.”¹³⁹

Matheus Herculano, na sessão do dia 31 de maio de 1889¹⁴⁰, antes da leitura do expediente, obtendo a palavra, disse ter urgência para apresentar uma indicação. Consultado a câmara sob a urgência do pedido, foi a mesma concedida com observações do vereador Ernesto Braga, dizendo “que votaria contra”¹⁴¹ e conjuntamente como ele, os vereadores Fonseca Hermes e Pedro Henriques.

1 – depois de aberta a sessão, compadeceu o snr Dr Eloy de Andrade que tomou parte nos trabalhos na presente sessão.

Então o snr vereador Matheus Herculano fundamentou e justificou a presente proposta: 1 que seja demitido a bem do serviço publico o fiscal do 1 distrito José Justino da Silva Braga;

2 – que seja nomeado para substituí-lo o cidadão João Vieira de Figueredo e Silva _ S.Sessões 31 de maio de 1889 _ Matheus Herculano¹⁴²

¹³⁹ Livro de atas 31 de março de 1888

¹⁴⁰ Livro de Atas sessão ordinária de 31 de maio de 1889, achando-se presentes todos os nove vereadores.

¹⁴¹ Livro de atas 31 de maio de 1889

¹⁴² Livro de atas 31 de maio de 1889

Abstendo-se de votar na primeira parte, fato que procurei entender pelo motivo do sobrenome do envolvido ser Braga, mas não encontrei nada que comprovasse alguma ligação entre este e Ernesto Braga. Quanto à segunda parte, Ernesto pediu o adiamento alegando ter outros pretendentes ao lugar de fiscal "... e que a câmara deve sempre, em matéria de nomeações de empregados proceder em todo calmo e ponderancia, para que essas nomeações recaiam em pessoas que bem desempenhar o cargo".¹⁴³

Após discussão, foi votado o requerimento de adiamento sendo aprovado contra os votos de Joaquim Idelfonso Monteiro de Barros, Teixeira de Carvalho e do Barão do Retiro. Nesses casos, temos uma formação de grupos nas votações com o Capitão Pedro Henriques e Mariano Halfeld, desde o início do quadriênio, votando conjuntamente com Ernesto e Eloy, ou vice-versa. Os vereadores Matheus Herculano, Joaquim Idelfonso, Barão do Retiro e A. Teixeira de Carvalho formam o outro lado desta divisão. Reatando Jaguaribe, que no período em que exerceu suas funções, tentava conciliar as coisas, mas acabava votando com o segundo grupo apresentado. Com sua saída, entra Fonseca Hermes que se alinha com o primeiro grupo, sem ele um republicano.

2.3. Análise baseada na presença desses vereadores

Além de procurar no livro de Atas da Câmara Municipal de Juiz de Fora, referente a última gestão do período Imperial, as disputas e rachas ocorridos entre seus membros, também me chamou a atenção à presença desses vereadores nas sessões. Foram lidas e analisadas 140 sessões, no período de sete de Janeiro de 1887 a um de Fevereiro de 1890, quando se tem o registro em ata a sessão de juramento de posse do Conselho de Intendência nomeado pelo Governo Provisório.

A escravidão abolida pela Lei áurea, em 13 de maio de 1888, dia em que a câmara não se reúne, só havendo sessão no dia seguinte, 14 de maio de 1888, que só contou com as presenças do Capitão Pedro Henriques e de Ernesto de Andrade, dia que por falta de *corum*¹⁴⁴ não houve sessão. A câmara só viria se reunir um mês depois, em 14 de junho, sessão que contou com a presença dos vereadores: Antonio Teixeira de Carvalho, Eloy de Andrade,

¹⁴³ Livro de atas 31 de maio de 1889

¹⁴⁴ são nove vereadores, o mínimo de presentes é de cinco para haver reunião (pela lista de presença)

Ernesto de Andrade e Matheus Herculano. O vereador Joaquim Idelfonso só volta a comparecer nas reuniões no dia nove de julho de 1888. Essas informações não dizem muito por se só, mas deixam no ar um questionamento: o que teria afastado esses vereadores tanto tempo do exercício de suas funções? Será que eram todos proprietários de escravos? Levando em consideração que a abolição acarretou uma grande transformação no país. Das transformações ocorridas no final do séc XIX, na visão do próprio José Murilo de Carvalho¹⁴⁵, a Abolição seria a principal delas. E Juiz de Fora, nesse contexto, se constituía um município agroexportador passando por um processo de diversificação industrial, período este, segundo Anderson Pires, que abrange o final do séc XIX até início do Séc XX da história desse município e, portanto é bem possível que entre os vereadores houvesse proprietários de escravos. Essa pesquisa por si só não dá conta de responder a esse questionamento com absoluta certeza, mas constam na lista de adesão dos fazendeiros de Juiz de Fora e regiões vizinhas que exigiam o pedido de indenização redigida pelo conservador Francisco Bernardino a pedido do Barão de Monte Mario e publicada no jornal *Diário de Minas*, no dia 12 de Julho de 1888, os nomes de Pedro Henriques, Matheus Herculano, Antonio Teixeira de Carvalho, Joaquim Ribeiro Resende (pai do Barão do Retiro) e Idelfonso Monteiro de Barros, o que pela lista de presença, ficou mais tempo sem participar das sessões.

A partir de uma listagem de todas as sessões realizadas durante o quadriênio, fiz algumas observações que podem ser esclarecedoras, acerca de certos acontecimentos do período entre a sessão do dia 24 de julho de 1888 e a sessão de 7 de janeiro de 1889. Nesse período, temos um intervalo em que ocorreram 14 sessões e dessas, somente no dia 7 de janeiro de 1889 é que verificamos a presença de Idelfonso Monteiro de Barros, conjuntamente com a presença de todos os outros vereadores. A sessão do dia 7 de janeiro é a primeira do ano, sessão na qual “de conformidade com o artigo 22 parágrafo 5 da lei N 3:029 de janeiro de 1881 ia proceder-se a eleição de Presidente e Vice-presidente da câmara municipal para servirem no corrente ano, devendo cada um dos vereadores votar em escrutino secreto.”¹⁴⁶ Portanto, nessa sessão era de se esperar que comparecessem todos, afinal, no ano que acabava de terminar, havia acontecido a abolição e os republicanos vinham ganhando adeptos entre os fazendeiros insatisfeitos. No dia 9 de janeiro, sessão na qual os monarquistas constituíam maioria, com a falta de Eloy de Andrade, é que Idelfonso propõe para espanto de Fonseca Hermes, a renomeação da *rua Tiradentes*, seis meses depois da mudança. Idelfonso já havia comparecido às sessões dos dias 16 de outubro, 5, 6 e 26 de novembro de 1888 e ainda

¹⁴⁵ Os Bestializados

¹⁴⁶ Livro de Atas sessão ord. De 7 de janeiro de 1887/88/89/90

as de 7 e 8 de janeiro de 1889, mas com a companhia de Matheus Herculano somente nas três últimas. Por que somente no dia 9 de janeiro esses insatisfeitos teriam reagido. E por que não antes? Isso me leva a outro questionamento, a forma de organização desses partidos: será que eles se reuniam com alguma frequência para discutirem suas propostas, pois não só pela listagem que Patrícia Falco¹⁴⁷ apresenta, também pelas análises das discussões e das votações, pude perceber que Matheus Herculano, Joaquim Idelfonso e A. Teixeira votam juntos.

Pertencer à mesma estrutura partidária não quer dizer unidade em suas atitudes, principalmente nos partidos monarquistas. Ao ler o Livro de Atas da Câmara Municipal de Juiz de Fora, verifiquei esse fato. Ainda são conservadores o Capitão Pedro Henriques e o Barão do Retiro¹⁴⁸, o que não significa que estes concordem uns com os outros. Temos outro fator que pode influenciar nesta divisão: o fator familiar. O grupo republicano é mais homogêneo em suas atitudes, principalmente depois da entrada de Fonseca Hermes. É possível dizer que monarquistas socializavam suas ideias mais dentro do âmbito *familiar*, e republicanos no *clube*.

Outro momento de esvaziamento das sessões da câmara municipal é a partir do dia 16 de setembro, quando temos o registro em ata da proclamação da República, mesmo não havendo *corum*¹⁴⁹. Dessa sessão em diante, Matheus Herculano e Idelfonso Monteiro de Barros, os dois conservadores mais ferrenhos identificados, não voltaram mais aos trabalhos, a câmara teve que recorrer ao uso de suplentes por quatro vezes para haver *corum*, fato inédito no período. Foram utilizados como suplentes Claudiano Lopes, Isidoro Barbosa Lage, João D'Avilla. Chama atenção o fato de todos os suplentes serem identificados com o movimento republicano e constarem seus nomes na listagem dos membros da chapa republicana publicada n'O *Pharol*.¹⁵⁰

Verifiquei que todas as duas transformações ocorridas no país, Abolição e Proclamação da República, tiveram impacto sob os trabalhos da câmara, não só do ponto de vista da presença desses vereadores. A abolição leva a pensar quais desses vereadores eram realmente proprietários de escravos, o fato é que ela acarretou um afastamento dos vereadores dos trabalhos, o que podemos verificar na lista de presença que segue em anexo. Já o golpe

¹⁴⁷ GENOVEZ, Patrícia Falco. As malhas do poder: uma análise da elite de Juiz de Fora na Segunda metade do século XIX. 1996 (Dissertação de Mestrado). UFF. No anexo 05 Administrações da Câmara Municipal de Juiz de Fora (1853 a 1889) na página 214

¹⁴⁸ Falco p. 214

¹⁴⁹ Livro de Atas sessão de 16 de nov. presentes os vereadores Pedro Henriques, Ernesto e Fonseca Hermes

¹⁵⁰ O *Pharol*, 14 de maio de 1886

republicano leva, de certa maneira, a uma entrega do poder local pelos conservadores aos republicanos e adesistas. Essas duas transformações tem em comum, do ponto de vista da lista de presença nas sessões, que em ambos os casos, são os monarquistas que se afastam dos trabalhos de maneira mais significativa.

Tendo em conta a leitura do livro de atas, as relações familiares e as partidárias apresentadas por Falco, às divisões e as falas desses vereadores no exercício dos mandatos, concluo que seus agrupamentos são muito mais complexos do que reduzir a qualquer um desses fatores a determinação dos acontecimentos. É possível que a relação entre eles e a conjuntura a qual estão inseridos traga uma explicação melhor. Por que com a conjuntura? Há momentos em que as relações familiares determinam, dissolvendo muitas vezes as relações partidárias, mas existem demandas conjunturais, como as eleições anuais que trazem a tona as identidades partidárias e, em determinado sentido, “dilui” a identidade familiar.

2.4. Análise das eleições

Os resultados das quatro eleições efetuadas no quadriênio 1887-1890 também nos revelam bastante das disputas que ocorreram. As eleições eram anuais e se escolhia o presidente em uma votação e o vice-presidente em uma segunda votação. Cada vereador entregava a mesa um papel com o nome do vereador de sua encolha para ocupar o cargo. É importante ressaltar que não podia votar em si mesmo. Segue em anexo uma Tabela dessas quatro eleições.

Na posse da Câmara Municipal eleita para o quadriênio no dia sete de janeiro de 1887, temos registrado em ata a primeira votação que esses vereadores participaram. A eleição para escolha do presidente da “casa” já começa a dar indícios das posições político-partidárias desses vereadores e das suas possíveis divisões no seu interior. Ela ocorreu da mesma forma descrita acima e apurados os votos, temos o seguinte resultado:

... recebidas às nove cédulas foram contadas e apuradas uma a uma, deu o resultado seguinte: para o cargo de presidente o

vereador João Nogueira Jaguaribe (5 votos), Dr Ernesto Braga (1 voto) , Eloy de Andrade (1 voto) e cédulas em branco 2 ...¹⁵¹

O que posso dizer dessa eleição é que Ernesto de Andrade e Eloy de Andrade obtiveram apenas um voto cada, provavelmente votaram um no outro, pois ambos eram republicanos declarados e foram os únicos até a entrada de Fonseca Hermes, em Julho de 1888. Os monarquistas liberais e conservadores juntos eram maioria e provavelmente, o voto em branco seria de Jaguaribe. Este teria recebido votos de Matheus Herculano, Idelfonso, A. Teixeira, Mariano Halfeld e Geraldo Augusto Rezende, uma vez que Pedro Henriques, apesar de Patrícia Falco nos dizer que ele pertencia ao partido Conservador, no decorrer do mandato se aproxima do grupo republicano e isso nos faz supor que o outro voto em branco seria o dele. Arranjo que se repete na eleição para a vice-presidência, como podemos ver a seguir:

... procedeo –se depois sobre o mesmo método a eleição para vice-presidente, obteram votos os seguintes senhores: Matheus Herculano Monteiro da Silva (4 votos), Ernesto de Andrade (1 voto) e Eloy de Andrade (1 voto) e em branco 3 cédulas ...¹⁵²

Os republicanos continuam votando uns nos outros, os quatro votos de Matheus Herculano suponho ser os mesmos de Jaguaribe, menos o seu próprio, que é possível ser o outro voto em branco, já que não podiam votar neles próprios. Então temos Joao Jaguaribe eleito para presidência e Matheus Herculano para a vice-presidência.

Nas eleições do ano seguinte, após um ano relativamente tranqüilo e de domínio monarquistas, sem grandes ataques por parte dos republicanos, temos conflitos basicamente por nomeações de Agentes Fiscais dos distritos, das quais falamos anteriormente. Fora isso, não há nenhuma ocasião de afronta ao regime monárquico, sejam em falas ou indicações. Encontra-se ainda nesse período um registro de felicitação ao Barão de Cotegipe registrada em ata da sessão de 12 de outubro de 1887.

¹⁵¹ Livro de Atas sessão de 7 de janeiro de 1887

¹⁵² Livro de Atas sessão de 7 de janeiro de 1887

A câmara municipal da cidade de Juiz de Fora, acudindo ao sentimento geral do município não pode deixar de louvar a atitude coerente e animadora, a plácida firmeza com que a exma., nesta ultima sessão parlamentar, defendeu e seguiu, primeiro responsável pelo governo do estado, os interesses fundamentais da ordem publica e da conservação social.

Se perdurar por alguns anos na suprema direção política o conselho de tão justa medida e ponderação, de tanta prudência, e sabedoria, conseguira for certo o Brazil atravessar incólume, em desconjuntamentos e sem subversão, a grande crise que se desdobra e rasga a nos por olhos, (...) assustadora.

Continue vossa excelência a cobrir de glorias prolongando tão assignatada carreira publica, a (...) inseparável velhice, que se anima aos ardores do patriotismo, o que a gratidão nacional revigora. Deus Guarde a V.EX.. Mesmo Exmo Snr Barão de Cotegipe, digníssimo Presidente do Conselho de Ministros. Paço da Câmara Municipal de Juiz de Fora. 12 de Outubro de 1887 – Assignada __.¹⁵³

O trecho acima pode ser considerado uma declaração de apoio às convicções do Partido Conservador por Joaquim Idelfonso Monteiro de Barros. Se tratando de uma felicitação ao Barão de Cotegipe, como registrado no jornal O PHAROL ¹⁵⁴:

João Mauricio Wanderley, Barão de Cotegipe, nasceu em 1815. Teve brilhante carreira política no Partido Conservador. Foi Senador vitalício durante quarenta anos, Ministro da Fazenda e chefe do Conselho de Ministros. Uma de suas maiores critica ao judiciário no final do séc. XIX foi à questão das garantias dos direitos individuais. Conservador foi um dos principais porta-vozes da indenização.

Por se tratar de uma felicitação à figura do Barão de Cotegipe, como dito no trecho acima, um dos principais porta-vozes da indenização. Ao olhar o texto da felicitação em trecho final, Idelfonso faz uma indicação:

¹⁵³ Livro de Aras 12 de outubro de 1887

¹⁵⁴ O Pharol, 14 de fevereiro de 1889.

Ainda pelo mesmo Snr Vereador (Idelfonso) a seguinte indicação: Indico que seja remetida em nome da Câmara Municipal, a felicitação, nos termos do que era apresenta, ao exmo. Snr Barão de Cotegipe, pelos serviços relevantes que há prestado, indo por intermédio do exmo. Snr. Dr. Presidente da Província. Salas das Sessões 12 de outubro de 1887 – Joaquim Idelfonso – foi unanimemente aprovada.¹⁵⁵

Sabendo que estavam presentes todos os nove vereadores¹⁵⁶ e que esta indicação foi aprovada por unanimidade, podemos também pensar se a indenização realmente não era uma questão a qual convergiam os interesses da maioria desses vereadores. Outro fato que também cabe ressaltar em relação à felicitação é quando se fala da “grande crise,”¹⁵⁷ o que deixa explícito que a abolição era um fato esperado.

Na sessão de sete de janeiro de 1888, nessa mesma data, como todos os anos, tem-se o registro das eleições. Essa contaria com a presença dos vereadores A. Teixeira, Barão do Retiro, Ernesto de Andrade, Matheus Herculano, Idelfonso e Jaguaribe; faltando Eloy de Andrade, Mariano Halfeld e Capitão Pedro Henriques.

Recolhidas a cédulas, têm o seguinte resultado: para presidência obtiveram votos os vereadores Barão do Retiro, com quatro votos; Jaguaribe, com um voto; e uma cédula em branco. Partindo do raciocínio que Ernesto, por se declarar republicano, e por não haver nenhum outro presente se declarando como tal, tenha votado em branco. Assim, restam os vereadores Jaguaribe, Idelfonso, Matheus Herculano e A. Teixeira. O antigo presidente, Jaguaribe, já vinha demonstrando o desejo de se afastar da presidência, chegou inclusive a renunciar, mas foi obrigado a reassumir. Levando esse fato em consideração, é possível que ele tenha votado no Barão conjuntamente com Idelfonso, Matheus Herculano e A. Teixeira, por se tratarem de conservadores, e o Barão, não podendo votar em si mesmo, tenha votado em Jaguaribe. Para a vice-presidência temos os seguintes: Matheus Herculano, com quatro votos, e dois votos em branco. Os votos que o Barão do Retiro, mais o do próprio Barão, que havia

¹⁵⁵ Livro de Aras 12 de outubro de 1887

¹⁵⁶ Joaquim Idelfonso, Matheus Herculano, Tem. Cel. Bernardo Mariano Halfeld, Antonio Teixeira de Carvalho, Geraldo Augusto Resende (barão do Retiro), Eloy de Andrade, Ernesto de Andrade Braga, Joao Nogueira Jaguaribe e Capitao Pedro José Henriques.

¹⁵⁷ Livro de Aras 12 de outubro de 1887

sido eleito, mas podia votar para vice, menos o do próprio Matheus somam quatro votos. Os dois em branco provavelmente são de Ernesto de Andrade e do próprio Matheus Herculano.

O ano de 1888 vem para movimentar as coisas na câmara municipal. Na sessão ordinária do dia 16 de Abril de 1888 temos o seguinte registro:

Um ofício do Snr. Joaquim Nogueira Jaguaribe comunicando achar-se incompatível com o cargo de vereador, visto ter sido nomeado adjunto de inspetor da hospedaria de imigrantes e ter tornado posse do cargo, e por esse facto não podia já mais exercer o cargo de vereador. A vista do exposto , a câmara deferiu-se oficiar ao Governo para marcar dia para a eleição, a fim de ser preenchido a vaga.¹⁵⁸

Com essa declaração temos o desligamento do vereador Jaguaribe e, como dito na citação, ocorrem novas eleições para substituí-lo. Tais eleições ocorrem no mês de julho do mesmo ano e é assim que é eleita uma das referencias da propaganda republicana local, Fonseca Hermes. Ele se junta aos trabalhos da câmara na sessão ordinária do dia 24 de julho de 1888. Este ano ainda reserva outra surpresa para conservadores e liberais: o 13 de maio. Devido à questão das indenizações, em relação à abolição, que não foram pagas aos ex-proprietarios de escravos após alforriá-los. Esse fato pode ter influenciado diretamente a vitória dos republicanos nas urnas no dia 7 de julho, com a eleição de Fonseca Hermes. Inclusive, depois desse fato também encontrei registro de outra “batalha simbólica” no espaço físico da cidade de Juiz de Fora:

Pelo snr Eloy de Andrade foi apresentada esta proposta: que o largo da Estação da Estrada de Ferro P. II, seja denominado 13 de maio. S das Sessões, 14 de Junho de 1888. Dr. Eloy de Andrade.

¹⁵⁸ Livro de Atas Sessão ord. 16 de abril de 1888

Depois de alguma discussão foi ella aprovada, contra os votos do snr Presidente e Antonio Teixeira de Carvalho.¹⁵⁹

Essa proposta feita antes da entrada de Fonseca Hermes na Câmara, e consequentemente, de sua proposta também. A eleição que o elege foi registrada em ata na sessão de 15 de junho de 1888 e marcada para 7 de julho de 1888. Prestando atenção aos vereadores que a aprovam, verificamos um agrupamento unindo Halfeld, Ernesto e Eloy, estando contra Matheus Herculano e Antonio Teixeira de Carvalho. A diferença é que Mariano Halfeld aqui está do lado do grupo que propõe a *rua Tiradentes*, talvez por descontentamentos com o 13 de maio que havia prejudicado a lavoura.

Pela lista de presença verificamos que em 13 de maio não houve sessão, havendo sessão só no dia 14 de maio e depois só em 14 junho. A própria abolição só é registrada no livro de atas no dia 15 de junho.

Circular do Exma Presidência de Minas, de 16 de Maio pretérito, em referencia ao aviso circular do Ministério dos Negócios de Agricultura, Comercio e Obras Publicas, de 13 d'quelle mês em que manda publicar e fazer cumprir a Lei N 3353 da mesma data, em virtude da qual foi abolida a escravidão no Brazil, recomenda que esta câmara o faça publico para sua prompta e imediata execução _____ Inteirada.¹⁶⁰

Na mesma sessão Capitão Pedro Henriques deixa um registro de seu aparente descontentamento com a abolição sem indenização, na seguinte proposta à câmara:

¹⁵⁹ Livro de Atas Sessão Ordinária de 14 junho de 1888 encontravam-se presentes na sessão: A. Teixeira, Eloy de Andrade, Ernesto Braga, Matheus Herculano e Bernardo Mariano Halfeld

¹⁶⁰ Sessão Ordinária de 15 junho de 1888, presentes: A. Teixeira, Eloy de Andrade, Ernesto de Andrade Braga, Matheus Herculano Pedro Henriques e Bernardo M. Halfeld.

o snr Capitão Pedro Henriques apresento esta indicação: Que a Câmara Municipal, requerente a Assembléia Provincial, pedindo que seja suprimido o direito predial (Provincial) visto como, a lavoura em vista dos últimos acontecimentos não pode mais pagar tal direito. Sala das Sessões 15 de junho de 1888 Pedro Henriques. Eloy de Andrade, Bernardo Halfeld _____ foi aprovada.¹⁶¹

Por traz deste descontentamento diante da questão das indenizações, também damos atenção a outro fato. Nesse período, final do sec. XIX, a cidade de Juiz de Fora vinha se desenvolvendo aproveitando-se da sua condição de entreposto comercial. Com isso, muitos proprietários de terras da região já tinham investimentos no setor urbano, principalmente no ramo de construções. Também temos uma mudança ou diversificação dos interesses dessas elites, que eram representantes ou se faziam representar, através dos laços de parentescos, na câmara municipal. Em sua dissertação, Sonia Miranda¹⁶² nos mostra que boa parte dos proprietários de fazendas na região passou a diversificar seus negócios com o ramo imobiliário no final do séc. XIX e início do séc. XX.

Na sessão de posse de Fonseca Hermes temos outro caso que pode nos dar uma medida do *fervor ideológico* com o qual o bacharel se juntou aos trabalhos na câmara. Fato este que, se juntando ao contexto do pós-abolição, pode ter acabado contagiando os demais colegas. Como mostrado acima, além da disputa por um espaço simbólico central na cidade de Juiz de Fora, com o nome de uma rua, esse vereador ainda se envolve em outra polemica:

Ofício do snr Barão de Macahúbas, de 14 de junho finda, pondo a disposição da câmara conforme solicitou, 200 exemplares de sua composição, para ser distribuído aos meninos pobres, que freqüentam as escolas d'este Município, podendo a mesma câmara dar sua ordem afim de recebê-los na corte _____ sujeito à discussão, o snr. Dr. Fonseca Hermes obtendo a palavra, desenvolveu largas considerações no intuito de demonstrar que estes exemplares são imprestáveis ao fim a que eles se destinam, devido aos erros gramaticais, que são nocivos a educação dos meninos; que seria melhor a câmara fazer aquisição de livros do Dr. Hilário Ribeiro, que

¹⁶¹ Livro de Atas sessão ordinária de 15 de junho de 1888

¹⁶² MIRANDA, Sonia. Cidade, Capital e Poder: Políticas publicas e questão urbana na velha Manchester mineira. 1990 (Dissertação de mestrado). UFF

oferecem maior vantagem, já pelos princípios neles contidos, já pela correção da linguagem.¹⁶³

Fonseca Hermes questiona a oferta do Barão de Macahúbas, muito provavelmente por se tratar de um Barão. Ele indica outro trabalho elaborado por um Paulista, como registrado em ata: “A câmara declarou, depois de encerrado o debate, que se oficiasse ao esmo. Barão de Macahúbas agradecendo sua generosa oferta, e ao mesmo tempo, que se reclamasse do snr Dr. Hilário Ribeiro, de São Paulo a remessa de alguns de seus trabalhos sobre instrução”.¹⁶⁴

Essa discussão mostra Hermes tentando marcar posição dentro da câmara e, nesse sentido, nada melhor do que questionar o trabalho de um Barão. Ele não teve voto contra de nenhum dos presentes¹⁶⁵. Alias, só se manifestaram na discussão Mariano Halfeld, argumentando que “tendo a câmara feito o pedido ao exmo. Barão de Macahúbas, não lhe fica bem recusar ou não procurar os livros pedidos”¹⁶⁶; Eloy de Andrade toma parte na discussão para explicar que havia sido ele que teria dado a sugestão à câmara para “oficiar ao snr Barão de Macahúbas, solicitando o fornecimento dos livros de sua composição,”¹⁶⁷ devido ao requerimento de Antonio Eloy de Almeida, Juiz de Paz do Distrito de Rosário. Na presente sessão, Eloy diz ter sido ele o autor da proposta e sendo “assim prefere fazer confissão publica de sua ignorância sobre a conveniência ou inconveniência de tais livros para a instrução primaria a autorizar com seu silencio qualquer juízo sobre a lealdade de seu caráter”.¹⁶⁸

O dia de sua posse, 24 de julho de 1888, o vereador nos revela um Hermes motivado, cheio de atitude, e se aproveitando da situação favorável, a qual se encontra o grupo republicano na presente sessão, tenta provar alguma demonstração de força, o que consegue com a questão da rua, mesmo se botando contra Mariano Halfeld. Mas retomando a essa questão dos livros primários, esbarra no imprevisto de ter sido Eloy o autor da proposta, tendo que recuar e aceitar a resolução conciliadora a qual sugeriu Mariano Halfeld. Situação que pode também nos mostrar um pouco sobre a influencia da estrutura partidária, pois o

¹⁶³ Livro de Atas sessão de 24 de julho de 1888

¹⁶⁴ Livro de Atas sessão de 24 de julho de 1888

¹⁶⁵ presentes na sessão de 24 de julho: Mariano Halfeld, Ernesto de Andrade Braga, Eloy de Andrade e Antonio Teixeira de Carvalho

¹⁶⁶ Livro de Atas sessão de 24 de julho de 1888

¹⁶⁷ Livro de Atas sessão de 16 de abril de 1888

¹⁶⁸ Livro de Atas sessão de 24 de julho de 1888

diretório republicano de Juiz de Fora estava organizado desde 1887¹⁶⁹, e uma confusão dessas nos revela o não conhecimento prévio de tal matéria, nos mostrando que esses vereadores também tomavam posição de acordo com as demandas diárias e provavelmente, não tinham total conhecimento da pauta da reunião seguinte. Única exceção se constitui nas sessões de sete de janeiro, quando ocorriam as eleições.

Nas eleições de sete de janeiro do ano de 1889, temos o plenário cheio, com a presença de todos os nove vereadores¹⁷⁰. Obtiveram votos os seguintes vereadores: Barão do Retiro, com quatro votos; Ernesto de Andrade, com três votos; Halfeld, com um voto; e Pedro Henriques, com um voto. Tentando prosseguir com coerência do raciocínio, podemos dizer que os conservadores concentram seus votos no conservador Barão do Retiro, mantendo seus quatro votos e elegendo-o presidente. A novidade são os três votos de Ernesto de Andrade. Seriam esses os votos de Fonseca Hermes, Eloy de Andrade e, a surpresa, o voto de Capitão Pedro Henriques. Este teria aderido a um abaixo assinado feito por Fonseca Hermes convocando a população “a engrossar as fileiras do partido republicano”¹⁷¹, datado de 22 de maio.

A eleição para a vice-presidência é que apresentará uma alteração significativa, pois o motivo de, nas eleições, o grupo monarquista mais fechado composto por Matheus Herculano, Joaquim Idelfonso e A. Teixeira votarem juntos no Barão do Retiro, no meu ponto de vista, é que se votam em si, perdem um voto, e a figura do Barão, por ser tio de Mariano Halfeld, possivelmente receberia o voto deste. Com Barão do Retiro eleito, em quem votar na vice-presidência, suponho que apostaram em Halfeld. Os republicanos votaram em Pedro Henriques, mas sendo eles em número de três, de onde teria saído o quarto voto? Pois Pedro Henriques empata com Halfeld e termina sendo eleito por ser o mais velho. Os acontecimentos me levam a supor que o quarto voto de Pedro veio de Mariano Halfeld, tendo o movimento republicano progredido bastante, se tomarmos como referenciam os resultados eleitorais anteriores.

Nesse ano temos um fato bastante relevante das rivalidades dentro da câmara municipal. Na sessão ordinária de sete de maio o vereador Matheus Herculano diz:

¹⁶⁹ Oilliam José, pág. 42

¹⁷⁰ Matheus Herculano Monteiro da Silva, Joaquim Idelfonso Monteiro de Barros, B. Mariano Halfeld, Ely de Andrade, Ernesto de Andrade, Fonseca Hermes, Pedro José Henriques, Antonio Teixeira de Carvalho e Barão do Retiro (Geraldo Augusto Resende)

¹⁷¹ O Pharol, 22 de maio de 1888.

... que tendo o senhor vereador Dr. Fonseca Hermes, com aceitação do cargo de Promotor Interino, perdido o lugar de vereador, requeria a câmara que nesse sentido oficiasse ao Presidente da Província, alegando ter aquele vereador perdido o seu lugar, por ter exercido emprego remunerado.¹⁷²

Tomam parte na discussão deste requerimento os snrs Tem. Cel. Bernardo Mariano Halfeld, Dr. Ernesto de Andrade Braga, Eloy de Andrade e, chegando depois que a sessão já havia começado, Fonseca Hermes.

Tomando de novo a palavra, o snr Matheus Herculano, disse que o snr vereador argüido de incompatibilidade não podia tomar parte nas deliberações, visto ter perdido o lugar, e neste sentido cita os artigos de lei em que baseia as suas acepções, dizendo que o fato era idêntico ao do snr João Nogueira Jaguaribe, que perdeu o lugar de vereador por ter aceitado emprego remunerado, em virtude do que o presidente da Província mandou proceder a nova eleição para o substituir.¹⁷³

Fonseca Hermes apresenta a portaria de sua demissão “dizendo haver cessado o motivo da incompatibilidade desde que não exerce mais o cargo de Promotor Interino.”¹⁷⁴ Eloy diz que, sendo uma questão de Direito, deviam consultar a Presidência da Província a respeito dessa questão. E Ernesto Braga faz a seguinte consideração:

... que tendo cessado a incompatibilidade do snr Fonseca Hermes pela exoneração concedida, entendia que o mesmo senhor podia tomar parte nos trabalhos da discussão, estranhando que o snr. Matheus Herculano venha hoje levantar esta questão, da qual vantagem nenhuma resulta para o município.¹⁷⁵

¹⁷² Livro de Atas sessão ordinária de sete de maio

¹⁷³ Livro de Atas sessão ordinária de sete de maio

¹⁷⁴ Livro de Atas sessão ordinária de sete de maio

¹⁷⁵ Livro de Atas sessão ordinária de sete de maio

Nesse instante, existe um registro no livro de atas dizendo que Fonseca Hermes havia se retirado do recinto. Bernardo Mariano Halfeld pede a palavra em questão de ordem e propõe que se consulte o presidente da província sobre o assunto, “e assim foi deliberada, requerendo Ernesto de Andrade Braga que se juntasse à consulta a portaria de exoneração apresentada por Fonseca Hermes, o que foi aprovado.”¹⁷⁶

Estando presentes na sessão: Barão do Retiro, Mariano Halfed, Matheus Herculano, Pedro Henriques, Eloy de Andrade e Ernesto de Andrade Braga com a posterior chegada de Fonseca Hermes; verificamos que o grupo monarquista, se contasse com o apoio de Halfeld, empataria a votação. Talvez, por isso, a fala de Matheus no sentido de não deixar Fonseca Hermes tomar parte nas discussões. Mas Matheus Herculano contava mesmo era com apoio da lei, a qual possivelmente teria tomado conhecimento através do caso Jaguaribe, como ele mesmo cita. Este fato deve ter confundido os outros vereadores e os levado a não rejeitar a proposta, sem consultar a Presidência da Província de Minas Gerais. Nesse sentido, Matheus Herculano faria os republicanos provarem de seu próprio veneno, pois sendo Fonseca Hermes Bacharel em Direito, eram eles quem mais se embasavam nas leis para terem argumentos propositivos diante das sessões ou em seus discursos.

Na sessão do dia 31 de maio de 1889, Hermes avisa que, pelo motivo da presidência da província não ter dado parecer ainda sobre a questão de sua incompatibilidade, ele continuaria exercendo normalmente suas funções como vereador. Atenção, estavam presentes todos os vereadores eleitos para o quadriênio e nenhum deles se manifestaram contra, sendo essa sessão, como nos mostra a lista de presença¹⁷⁷, a última a qual comparece Matheus Herculano.

A última eleição do quadriênio, temos os Conservadores como Joaquim Idelfonso Monteiro de Barros e Matheus Herculano Monteiro da Silva tendo praticamente abandonado os trabalhos da câmara, após o golpe republicano de 15 de novembro de 1889. Como verificamos pela análise das presenças desses vereadores nas sessões, Matheus Herculano não comparecia desde o dia 31 de maio de 1889 e Joaquim Idelfonso desde 15 de julho do mesmo ano.¹⁷⁸ Nessas sessões, temos um pleno domínio da representação republicana em seu

¹⁷⁶ Livro de Atas sessão ordinária de sete de maio

¹⁷⁷

¹⁷⁸ Lista de presença dos vereadores na Câmara Municipal de Juiz de Fora. ANEXO 1

interior. E na sessão ordinária de sete de janeiro de 1890, estando presentes o Barão do Retiro, A. Teixeira de Carvalho, Capitão Pedro Henriques, Eloy de Andrade e Ernesto de Andrade Braga, teria ocorrido a última eleição do Império na Câmara Municipal de Juiz de Fora. Recolhidas as cédulas e apuradas, temos o seguinte resultado para a presidência: Pedro Henriques, com quatro votos; Ernesto de Andrade, com um voto; e para a vice-presidência: Ernesto de Andrade, com quatro votos; Eloy de Andrade, com um voto.

Essa última eleição nos mostra que a figura de Pedro Henriques foi bastante importante no rearranjo das forças no interior da câmara. Esse pertenceu ao Partido Conservador e era republicano declarado a partir de 22 de maio de 1888. Sua figura poderia unificar alguns interesses em questão. Assim, recebeu os votos do Barão do Retiro e de A. Teixeira de Carvalho, dois antigos monarquistas, conjuntamente com os de Eloy de Andrade e Ernesto de Andrade, dois republicanos; se elegendo presidente para o último ano do quadriênio.

É claro que o voto era secreto e que essas declarações de votos apresentadas são conclusões adquiridas através das atitudes, falas e votações no interior da câmara municipal. Nessa sessão de capítulo, tentei inserir na análise das eleições para a presidência e vice-presidência da câmara, a qual este se propõe, alguns casos que trazem à tona aspectos sobre a atmosfera de cada ano. A principal contribuição dessa análise talvez seja no sentido que, se no decorrer da gestão, os partidos não demonstram ter grande influência sobre as atitudes de seus membros, pelo menos no que diz respeito às eleições para a presidência e vice-presidência da câmara, podemos vê-los agindo em conjunto, ou combinando votos, e isso se expressa nos resultados. Conservadores elegeram três presidentes da câmara municipal, sem levar em conta o fato de Pedro Henriques ser ex-conservador; e dois vice-presidentes. Uma vice-presidência fica com Halfeld, um liberal, e somente na última vice-presidência é que vamos ter Ernesto de Andrade eleito, um republicano.

Considerações Finais

No estudo da historia local vimos que a cidade, no final do século XIX, passava por processo de desenvolvimento populacional, urbano e industrial. Sendo assim, a inauguração da companhia Mineira de Eletricidade pode ser considerada um marco, em dois sentidos: primeiramente, por que a energia gerada pela usina de Marmelos impulsionou o desenvolvimento industrial vivido pela cidade; em segundo lugar, pode ser encarada como a consolidação do surgimento de um campo de interesses na cidade, o das elites urbanas.

A câmara municipal, que representa o poder publico, como vimos, é muito dependente da iniciativa privada. No contexto dessa troca de favores com beneficio mutuo, entra os espaços de vivencias, por que a questão não é dizer que a câmara age em beneficio das elites, e sim, que os outros agentes históricos se encontram fora dessas redes clientelares e, portanto suas demandas não fazem parte do universo desses vereadores. As individualidades da “câmara dos compadres”¹ é composta por membros das elites e coerente com isso. Age na defesa de seus interesses, que, às vezes, também podem ser conflitantes.

O mundo político local, no campo de suas estruturas, até a década de oitenta, talvez pudesse ser dividido entre o Partido Conservador e o Partido Liberal. Nessa década, temos na cidade a efervescência das idéias republicanas e, como disse Oilliam, “as idéias republicanas alcançaram o interior mineiro e se tornaram vitoriosas, menos pela força persuasiva que as acompanhavam que pela desunião e transigência suicidas dos dois partidos monarquistas: o Liberal e o Conservador”.²

Tomo os grupos formados na indicação descrita na Introdução como ponto de partida. Por tratar de um ataque ao regime, mesmo que simbólico, nos mostra uma divisão entre republicanos e monarquistas. Os primeiros que se identificavam com Tirantes e o segundo com a Imperatriz. Como verificamos no decorrer deste trabalho, os grupos formados em torno da disputa entre *Tiradentes* e *Imperatriz* não são imutáveis. O que norteia os votos desses vereadores, ao ver, é mais os interesses pessoais do que as convicções ideológicas, como nos mostra o período pós-abolição.

O principio do quadriênio 1887/90 é aonde se concentra boa parte das indicações de Agentes Fiscais de distritos. Prestando atenção nos grupos formados por esse tipo de demanda, podemos que a divisão entre os vereadores ocorre entre conservadores e liberais,

estando os republicanos aliados a esses últimos. Deixando os rótulos de lado e individualizando a análise, vemos Matheus Herculano, Joaquim Idelfonso e A. Teixeira de Carvalho votando juntos. Em todas cinco divisões, o Barão do Retiro se coloca contra esses somente na proposta de Pedro Henriques. Levando em consideração que as três propostas foram feitas por Matheus Herculano, Joaquim Idelfonso e capitão Pedro Henriques, e todos esses conservadores, contra o outro grupo composto por: Mariano Halfeld, Ernesto de Andrade, Pedro e quando presente Eloy de Andrade. Chamo atenção para o fato desta disputa poder nos dizer um pouco sobre a disputa pela hegemonia no município.

Nos dois casos tratados na seção “Ataques ao poder centralizado” em que os aradores atacam, em suas falas ou em indicações a centralidade do poder Imperial, essa divisão assume um caráter de disputa entre monarquistas e republicanos. Uma proposta sendo de Fonseca Hermes e outra de Eloy de Andrade, as votações aconteceram em data mais avançada, depois da abolição da escravidão. Nelas, vimos que Joaquim Idelfonso é o único a se colocar contra a “Moção” de Fonseca Hermes; o restante dos vereadores a aprovam, não estando presentes Matheus Herculano e Pedro Henriques.

Na proposta de Eloy de Andrade, na qual ele lembra da diferença que vai entre a representação municipal última guarda da liberdade pública, e o delegado de um poder decaído da estima pública,¹⁷⁹ estando presentes no dia Barão do Retiro, Ernesto Braga, Eloy de Andrade, Fonseca Hermes, A. Teixeira e Matheus Herculano; faltando Joaquim Idelfonso, coube a seu primo Matheus Herculano ser o único a se colocar contra. Na sessão seguinte estando presentes todos os vereadores, menos Joaquim Idelfonso; quando vai ser aprovada a ata da sessão em que se discutiu a indicação de Eloy de Andrade. Mariano Halfeld e o Barão do Retiro inserem em ata seu posicionamento contrário ao da proposta de Eloy de Andrade.

. Nesses casos de ataque ao poder centralizado, como no caso da “rua”, temos Halfeld concordando com Matheus Herculano e Joaquim Idelfonso; ficando do lado oposto Ernesto Braga, Eloy de Andrade e Fonseca Hermes. Pedro Henriques não esteve presente em nenhuma das duas ocasiões, mas na discussão da “rua” no dia 9 de janeiro de 1889 discorda da volta do nome da “Imperatriz” proposta por Joaquim Idelfonso, se colocando do lado oposto dessa figura conservadora. Como a parte deste trabalho que trata do imaginário expresso nos nomes das ruas da cidade nos mostra, considerando que os nomes eram escolhidos pela câmara municipal. Verificamos que a mentalidade dessas elites era bastante tradicional. Brigas entre-

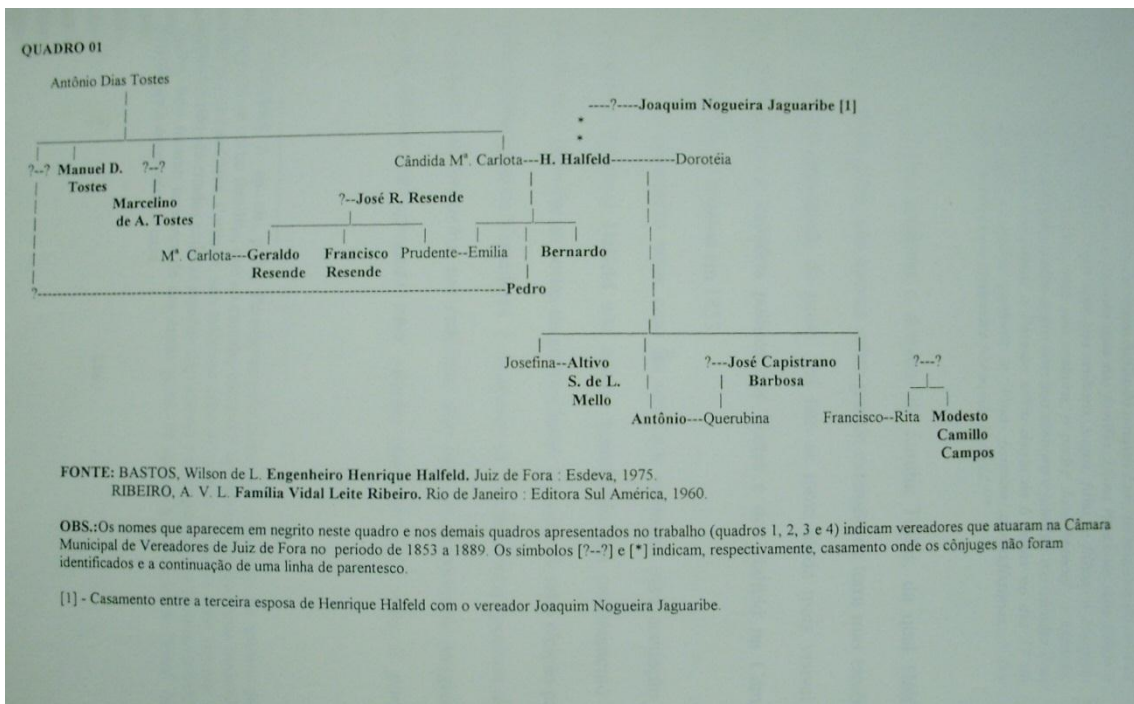
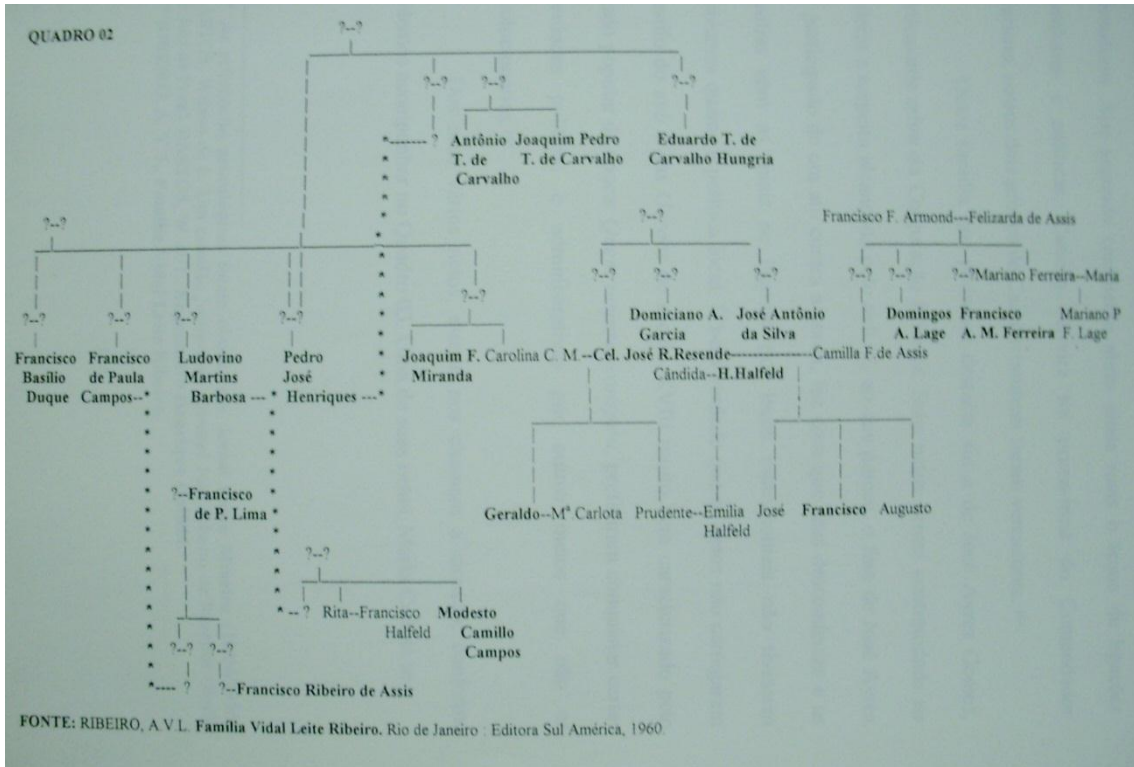
¹⁷⁹ Livro de atas sessão extraordinária de 23 de Abril de 1889

se e aliança com republicano por interesse pessoal ocorriam, mas afronta ao regime instituído fazia aflorar o que eles tinham em comum, a defesa da tradição.

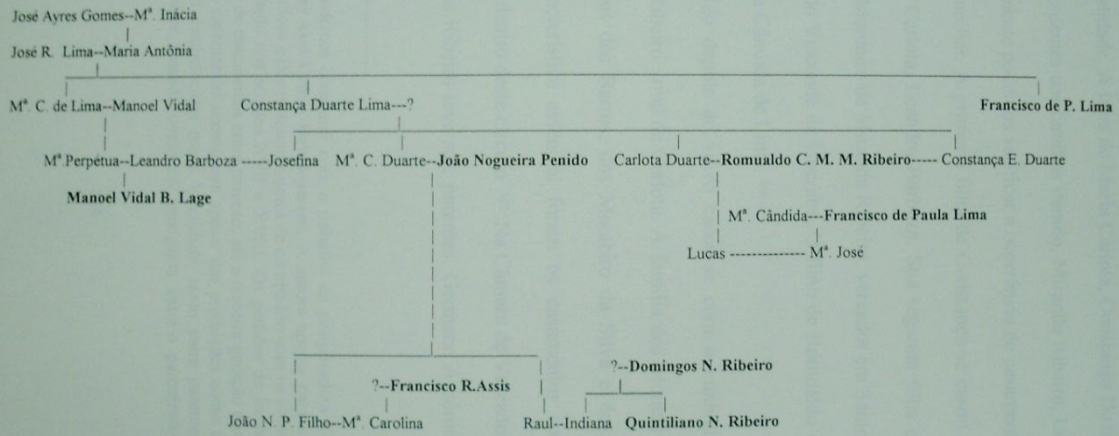
A idéia que faço dos casos estudados é que as divisões entre os vereadores no interior da câmara municipal não sofrem somente influencia de suas filiações partidárias, eles também são influenciados pelas mudanças conjunturais, por suas relações familiares, sociais e de amizade. A organização partidária talvez exercesse maior influencia sobre os republicanos, por causa de muitos deles serem maçons. No caso dos monarquistas, como o próprio Oilliam José diz, estes não tinham unidade partidária, eram os interesses particulares e a defesa da tradição que os uniam. Na verdade a tarefa de atribuir um fator, um local, ou organização que determinavam essas relações é impossível, pelo motivo desses indivíduos se sociabilizarem em diversos espaços como na Sociedade de Medicina e Siderurgia de Juiz de Fora, nas empresas nascentes nesse período, na própria câmara, na Loja Fidelidade Mineira, no clube republicano, na Igreja, nas Irmandades, na Praça Publica e nas Universidades.

Cabe ressaltar que praticas verificada na câmara municipal no século XIX fazem parte do mundo política até os dias de hoje. Os vereadores recebem uma verba destinada só para gabinete, está destinada, entre outras coisas, a contratação de secretários para o gabinete. Em outro caso, podemos ver que, recentemente, morreu um personagem político da historia nacional, Itamar Franco, sendo ele de Juiz de Fora. O noticiário local deu muita atenção ao assunto. O prefeito da cidade Custódio Mattos se pronunciou sobre o assunto disse que a municipalidade iria fazer uma “humildade homenagem” ao ex-presidente Itamar dando o seu nome a Av Independência.

ANEXOS

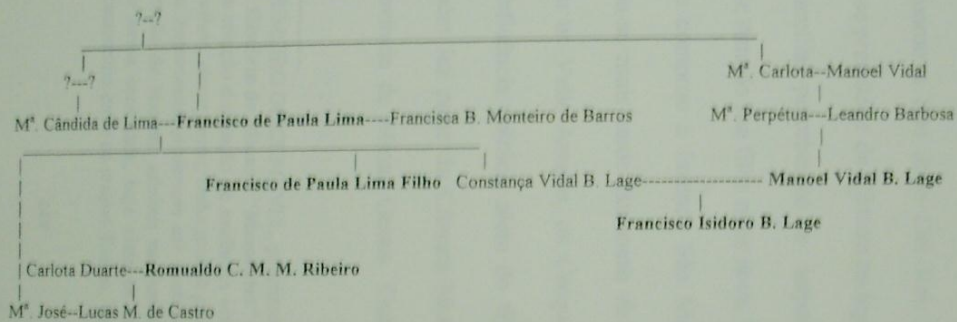


QUADRO 03



FONTE: BROTERO, Frederico de Barros. **A família Monteiro de Barros**. São Paulo : s/ed., 1956.
 SILVA, José B. de A. **Os Penidos de Juiz de Fora**. Juiz de Fora : Cia. Dias Cardoso, 1945.

QUADRO 04



FONTE: BROTERO, Frederico de Barros. **A família Monteiro de Barros**. São Paulo : s/ed., 1956.
 SILVA, José B. de A. **Os Penidos de Juiz de Fora**. Juiz de Fora : Cia. Dias Cardoso, 1945.

RESULTADOS ELEITORAIS PARA A CADEIRA DE PRESIDENTE E VICE-
PRESIDENTE DOS DE 1887 A 1890, DA CAMARA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA

ELEIÇÃO DE 1887		
PRESENTES	PRESIDENTE / VOTOS	VICE- PRESIDENTE / VOTOS
Jaguaribe	Jaguaribe - 5 votos	Matheus - 4 votos
Ernesto	Ernesto - 1 voto	Ernesto - 1 voto
Eloy	Eloy - 1 voto	Eloy - 1 voto
Matheus	Em Branco - 2 votos	Em Branco - 3 votos
Pedro		
Teixeira		
Barão		
Halfeld		
Idelfonso		

ELEIÇÃO DE 1888		
PRESENTES	PRESIDENTE / VOTOS	VICE- PRESIDENTE / VOTOS
Jaguaribe	Jaguaribe - 1 votos	Matheus - 4 votos
Ernesto	Barão do R. - 4 voto	Em Branco - 2 votos
Matheus	Em Branco - 1 votos	
Teixeira		
Barão		
Idelfonso		

ELEIÇÃO DE 1889		
PRESENTES	PRESIDENTE / VOTOS	VICE- PRESIDENTE / VOTOS
Fonseca H.	Barão do R. - 4 votos	Halfeld - 4 votos
Ernesto	Ernesto - 3 votos	Pedro - 4 voto
Eloy	Halfeld - 1 voto	Eloy - 1 voto
Matheus	Pedro - 1 voto	
Pedro		
Teixeira		
Barão		
Halfeld		
Idelfonso		

ELEIÇÃO DE 1890		
PRESENTES	PRESIDENTE / VOTOS	VICE- PRESIDENTE / VOTOS
Ernesto	Pedro - 4 votos	Ernesto - 4 votos
Eloy	Ernesto - 1 voto	Eloy - 1 voto
Pedro		
Teixeira		
Barão		

Tabela de Presença nas sessões da Câmara

Dia sessão / vereadores presentes	Barão do Retiro	Mariano Bernardo Halfeld	Idelfonso Monteiro de Barros	Antônio Teixeira de Carvalho	Matheus Herculano	Pedro Henriques	Eloy de Andrada	Ernesto de Andrade	Joaquim Jaguaribe / Fonseca Hermes	Obs.
07/01/1887	BR	H	I	T	M	P	EY	E	J	Eleição
08/01	BR	H	I	T	M	P		E	J	
10/01	BR	H	I		M	P		E	J	
11/01	BR	H	I	T	M	P		E	J	
12/01	BR	H	I	T	M	P		E	J	
13/01	BR	H	I		M	P		E	J	
24/02	BR	H	I		M		EY	E	J	
03/03		H	I	T	M	P		E	J	
26/03	BR	H	I	T	M	P		E	J	
18/04	BR	H	I			P		E	J	
19/04	BR	H	I		M	P	EY	E	J	
20/04	BR	H	I	T	M	P	EY		J	
16/05	BR	H	I	T			EY	E	J	
17/05	BR	H	I	T		P	EY		J	
18/05	BR	H				P	EY	E	J	
10/06	BR	H		T	M	P		E		
11/06	BR	H	I	T	M	P		E		
15/06	BR	H		T	M	P		E		
16/06	BR	H	I	T	M	P		E		
28/06	BR	H			M	P		E	J	
11/07	BR	H	I		M	P		E	J	
12/07	BR				M	P		E	J	
13/07	BR	H			M	P		E	J	
14/07	BR	H				P		E	J	
15/07	BR	H				P		E	J	Jaguaribe renuncia a presidência da Câmara.
16/07	BR	H			M	P		E		
10/09	BR	H		T	M		EY	E		
11/09	BR	H		T	M	P	EY	E	J	
12/09	BR	H	I	T	M	P	EY	E	J	
25/09	BR		I	T					J	
08/11	BR	H		T	M				J	
09/11	BR	H		T	M				J	
05/12	BR	H	I			P		E	J	
06/12	BR	H	I	T		P		E	J	
07/01/1888	BR		I	T	M			E	J	Eleição.
08/01	BR		I		M	P	EY	E	J	Halfeld viaja para a cidade de Oliveira.
10/01	BR		I		M	P	EY		J	
11/01	BR		I			P	EY	E	J	

10/02		H	I	T	M	P		E	J	
11/02		H	I	T	M	P	EY	E	J	
24/03	BR	H			M	P	EY	E	J	
16/04		H	I		M	P	EY	E	J	Jaguaribe se desliga da Câmara
31/03	BR	H	I	T	M	P		E		
16/04		H	I		M	P	EY	E		
17/04		H	I	T	M	P	EY	E		
18/04		H	I	T	M	P	EY			
03/05	BR	H			M	P		E		
14/05						P		E		Registro da Abolição.
14/06		H		T	M		EY	E		
15/06		H		T	M	P	EY	E		
16/06		H			M	P	EY	E		
09/07		H	I		M	P		E		
24/07		H		T			EY	E	FH	Posse de Fonseca H. e Discussão sobre a Rua Imperatriz.
25/07		H		T	M		EY	E	FH	
20/08		H				P	EY	E	FH	Fonseca H. propõe multa por faltosos.
21/08		H			M	P		E	FH	
03/09	BR	H				P		E	FH	
10/09		H		T			EY	E	FH	
20/09	BR	H			M	P		E		
15/10				T		P	EY	E	FH	
16/10			I	T		P	EY	E	FH	
05/11		H	I			P	EY	E	FH	
06/11		H	I			P	EY	E	FH	
26/11	BR	H		T		P		E	FH	
27/11	BR	H	I	T		P	EY	E	FH	
07/01/1889	BR	H	I	T	M	P	EY	E	FH	Eleição.
08/01	BR	H	I	T	M	P	EY	E	FH	
09/01	BR	H	I		M	P		E	FH	Idelfonso: contra a proposta da mudança de nome da Rua.
10/01	BR	H	I		M	P		E	FH	
04/02	BR	H				P		E	FH	
05/02	BR	H				P	EY	E	FH	
06/02	BR	H				P		E	FH	
21/02	BR	H				P		E	FH	
25/02	BR		I		M	P	EY	E		

15/03	BR	H	I	T	M	P	EY	E		
16/03	BR	H	I	T				E		
30/03	BR	H	I			P			FH	
04/04	BR	H				P		E	FH	
23/04	BR			T	M		EY	E	FH	
06/05	BR	H			M	P			FH	
07/05	BR	H			M	P	EY	E	FH	Matheus: Tentativa de exonerar Fonseca H.
20/05	BR	H	I	T		P		E		
21/05	BR	H	I	T		P		E		
31/05	BR	H	I	T	M	P	EY	E	FH	
10/06	BR	H				P		E	FH	
11/06	BR	H							FH	
21/06	BR	H				P		E	FH	
01/07	BR	H	I			P		E		
08/07	BR	H		T		P			FH	
15/07		H	I			P		E	FH	
29/07		H		T		P		E	FH	
12/08		H		T		P	EY			
02/09		H				P		E	FH	Suplente: Claudio Lopes.
03/09		H				P	EY	E	FH	Suplente: Claudio Lopes.
15/09		H				P		E	FH	Suplente: Claudio Lopes.
16/09						P		E	FH	
17/09			I	T		P		E	FH	
28/10		H		T		P		E	FH	
29/10				T		P	EY	E	FH	
16/11	BR							E	FH	Termo de Proclamação da Republica.
18/11	BR									
22/11		H				P		E		Suplentes: Claudio Lopes/ Isidoro Lage.
09/12	BR	H				P	EY	E		
10/12	BR	H				P	EY	E		
11/12	BR	H				P		E		Suplentes: Claudio Lopes/ Joao D'Ávila.
31/12	BR					P		E		Suplentes: Claudio

										Lopes/ Joao D'Ávila/ Isidoro Lage
07/01/18 90	BR			T		P	EY	E		Eleição
08/01	BR			T		P	EY	E		Suplente: Claudio Lopes.
01/02	BR	H		T		P	EY	E		Conselho de Intendência.

FONTES:

Livro de atas da Câmara Municipal de Juiz de Fora 1888-1891

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARVALHO, José Murilo. Os Bestializados. São Paulo. Cia. Das letras, 1987.

CARVALHO, José Murilo. A formação das Almas. Cia das Letras, 1990.

NAVA, Pedro. Baú de Ossos. 7. ed., Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1984.

OLIVEIRA, Paulino DE. Historia de Juiz de Fora. Juiz de Fora, Comercio e Industria, 1966.

GENOVEZ, Patrícia Falco. As malhas do poder: uma análise da elite de Juiz de Fora na Segunda metade do século XIX. 1996 (Dissertação de Mestrado). UFF.

FONSECA, Walter. Historia de uma vida: João Severiano da Fonseca Hermes. São Paulo e Obelisco, 1985.

MIRANDA, Sonia. Cidade, Capital e Poder: Políticas publicas e questão urbana na velha Manchester mineira. 1990 (Dissertação de mestrado). UFF

NEVES, José Alberto Pinto; DELGADO, Ignácio José Godinho; OLIVEIRA, Monica Ribeiro de.(organizadores). Juiz de Fora: história, texto e imagem. Juiz de Fora: FUNALFA Edições, 2004.